

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

### 1 – ATA

1.1 – 3.1 – 6ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a obter informações do secretário de Estado de Fazenda, Gustavo Barbosa, sobre a gestão e atuação da pasta no combate à pandemia de covid-19, causada pelo novo coronavírus

### 2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Plenário

### 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATA DA 6ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/4/2020

### Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Sr. Gustavo Barbosa – Palavras do Deputado Thiago Cota – Debates – Encerramento.

### Comparecimento

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Registramos e agradecemos a presença, por via remota, de: deputado Alencar da Silveira Junior, deputada Ana Paula Siqueira, deputado André Quintão, deputada Andréia de Jesus, que é a presidente da Comissão dos Direitos da Mulher, deputados Antonio Carlos Arantes, Arlen Santiago, Bartô, da deputada Beatriz Cerqueira, deputados Betão, Betinho Pinto Coelho, Bosco, Bruno Engler, Carlos Henrique, Carlos Pimenta, Cássio Soares, Celinho Sintrocel, deputada Celise Laviola, deputados Charles Santos, Coronel Henrique, Coronel Sandro, Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente desta Casa, Cleitinho Azevedo, Dalmo Ribeiro Silva, presidente da Comissão de Justiça, deputada Delegada Sheila, presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, deputados Delegado Heli Grilo, Doorgal Andrada, Douglas Melo, Doutor Jean Freire, Doutor Paulo, Duarte Bechir, Elismar Prado, Fábio Avelar de Oliveira, Fernando Pacheco, Gil Pereira, Glaycon Franco, Guilherme da Cunha, Gustavo Mitre, Gustavo Santana, Gustavo Valadares, Hely Tarquínio, Inácio Franco, deputada Ione Pinheiro, deputados João Leite, João Magalhães, João Vítor Xavier, deputadas Laura Serrano, Leninha, deputado Léo Portela, Leonídio Bouças, deputada Marília Campos, deputados Mário Henrique Caixa, Marquinho Lemos, Mauro Tramonte, Neilando Pimenta, Noraldino Júnior, Osvaldo Lopes, Professor Irineu, Professor Cleiton, Professor Wendel Mesquita, presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência, Raul Belém, Roberto Andrade, deputada Rosângela Reis, deputados Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Tadeu Martins Leite, 1º-secretário desta Assembleia, Thiago Cota, Tito Torres, Ulysses Gomes, Virgílio Guimarães, Zé Guilherme e Zé Reis.

Nós contamos com 72 deputados participando desta reunião.

### **Abertura**

O presidente – Às 14 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

### **Ata**

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

### **Destinação da Reunião**

O presidente – Destina-se esta reunião a obter informações do secretário de Estado de Fazenda, Gustavo Barbosa, sobre a gestão e atuação da Pasta no combate à pandemia de Covid-19 causada pelo novo coronavírus.

### **Composição da Mesa**

O presidente – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Gustavo Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, a quem esta presidência agradece a presença e a disponibilidade para esta importante reunião, e deputado Thiago Cota, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico. Mais uma vez, agradecemos, de maneira especial, aos dois.

### **Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos**

O presidente – A presidência vai proceder, na sequência, aos esclarecimentos sobre a organização dos trabalhos desta reunião.

O secretário de Estado de Fazenda, Gustavo Barbosa, disporá de até 20 minutos para sua exposição. Após a apresentação, o presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Thiago Cota, disporá de 5 minutos para fazer os seus questionamentos, bem como os questionamentos dos membros efetivos da respectiva comissão. Em seguida, os presidentes das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, nesta ordem, atendendo à ordem decrescente de idade dos presidentes, disporão de 5 minutos para fazer as suas perguntas e as encaminhadas pelos membros efetivos da respectiva comissão, por videoconferência, ao secretário de Estado, que disporá também de 5 minutos para a resposta. Logo após, os líderes disporão de 5 minutos para fazer os seus questionamentos e os dos deputados dos seus respectivos blocos.

Com a palavra, para sua exposição, o secretário de Estado de Fazenda, Sr. Gustavo Barbosa.

### **Palavras do Sr. Gustavo Barbosa**

Boa tarde, presidente Agostinho. Boa tarde, deputado Thiago Cota. Agradeço a oportunidade de estar aqui presente para falar um pouco dessa situação dramática em que se encontram as finanças do Estado, agravadas pela questão da crise do coronavírus. Não vou usar a apresentação. Vou falar um pouco, e depois abrimos para a discussão. Como é do conhecimento dos senhores, foi aprovada a Lei Orçamentária anual de 2020 com um déficit orçamentário na casa de R\$13.300.000.000,00, ou seja, se fizemos uma média mensal, todo mês temos R\$1.150.000.000,00, R\$1.120.000.000,00 de déficit. Isso quer dizer que o Estado já estava com suas contas deficitárias.

Agora, analisando sob a ótica da crise provocada pelo coronavírus. Como todos sabem, a maior arrecadação, o maior imposto vem do ICMS. Ele tem uma correlação muito forte com o comportamento econômico, basicamente o índice do PIB. Os estudos econômicos estão indicando que hoje temos uma possibilidade de um PIB negativo no País. Há estudos falando de 4%, de 5% e até de 5,5%. Para os senhores terem uma ideia, esse PIB negativo de 4% nos remete a um déficit de R\$7.500.000.000,00 a mais, ou seja, se tínhamos um déficit orçamentário de R\$13.300.000.000,00 já no início do ano, com a crise, esse processo se agrava, e chegamos a mais de R\$20.000.000.000,00 de déficit. Ele é calculado com base nos modelos econométricos, nos modelos que temos na Secretaria de Fazenda, mas ele não indica um comportamento do contribuinte; ele só trabalha com um comportamento econômico,

ou seja, só trabalha com a atividade econômica. Além dela, temos de mensurar o comportamento do contribuinte. Tudo isso é uma situação completamente nova para nós. Então, o comportamento do contribuinte é o quê? A pessoa, mesmo fazendo, emitindo uma nota, ela não paga essa nota, ou seja, ela traz uma inadimplência. Então, voltando aqui a falar da questão do comportamento econômico, os modelos econométricos que a Secretaria de Fazenda tem não capturam o comportamento do contribuinte. Isso quer dizer que o contribuinte pode até ter tido uma circulação de mercadoria, vendido, enfim, mas ele pode, por uma questão dele, de fazer caixa, não pagar os tributos que tem obrigação de pagar.

Com isso, trouxe aqui o comportamento do ICMS até quinta-feira da semana passada. Lembrando que o ICMS corresponde a quase 80% da arrecadação do Estado, ou seja, é a maior arrecadação que o Estado tem. Então, na quinta-feira passada, estávamos com um comportamento de queda de 36% na arrecadação de ICMS. Isso deu uma melhorada, e estamos agora próximos de 30% de queda. Isso quer dizer que estávamos com uma expectativa de receber algo próximo a R\$3.000.000.000,00 ou a R\$3.200.000.000,00, e hoje a expectativa nossa de queda é de algo próximo a R\$1.150.000.000,00 no mês de abril. Depois vou falar de maio, pois entendemos que vai se agravar. Fazemos a mensuração através do comportamento das emissões entre notas fiscais de empresas – que indicam um comportamento futuro – e notas fiscais ao consumidor; e todas elas apresentam quedas próximas a 20%.

Quais segmentos que estão apresentando maior queda? Eletrodomésticos, móveis, colchões, isso caiu até agora – no comportamento do fim da semana passada – 45,42%; têxtil e confecções, 41,77%; calçados, 40,47%; sucoenergéticos, 36,6%; bebidas, 30,5%; material de construção, 28,6%; combustíveis, 28,2%. Há outros aqui com comportamentos negativos. Os que apresentaram comportamento positivo foram os fármacos, farmacêuticos e perfumaria, fumo e mineração, nesse período. Então, aqui é para vocês terem uma ideia de como a economia está se comportando, como ela está se refletindo na perda de arrecadação.

Alguns segmentos são extremamente importantes. Os combustíveis são o maior contribuinte individual do Estado. Tivemos uma queda do GLP, se fizermos a referência de abril de 2019 a abril de 2020, de 35%. Se pensarmos de março de 2020 a abril de 2020, teremos uma queda de 35,87%. O querosene da aviação – QAV, se compararmos com abril do ano passado, são 92,8%; se compararmos março deste ano com abril deste ano, caiu 90,8%. A gasolina, no mesmo comparativo: 49,61% negativos, se compararmos com abril do ano passado; e 40,7% de queda, se compararmos com março deste ano. O diesel caiu 35,8% e 23,9%, respectivamente. Etanol: abril de 2020 com março de 2020, 31,69%; e abril de 2019 com abril de 2020: 74,94%.

As receitas do setor de bebidas diminuíram quase 29%. Tínhamos projeções iniciais de perda de arrecadação de 45%, e elas ficaram, por enquanto, em 29%, algo próximo a R\$277.000.000,00 se projetarmos para o ano.

Com base nisso... Todas essas informações, como expus para os senhores, influenciam na arrecadação do Estado. O Estado hoje tem, para abril, projetada uma perda de R\$1.150.000.000,00 a mais em função desses comportamentos. Então, para o que esperávamos arrecadar neste mês de abril, a queda de R\$1.150.000.000,00 traz uma gravidade grande, o que foi mitigado em função do recebimento, semana passada, pelo Estado, de um precatório no valor de R\$781.000.000,00 que não estava previsto no fluxo de caixa. Veio um precatório da Justiça do Paraná. Essa entrada de precatório, mais a postergação feita pelo governo federal do Pasesp no valor de R\$50.000.000,00, mais o recebimento de recomposições de FPE já no mês de abril em função de lei aprovada no Congresso Nacional de R\$27.000.000,00 e uma negociação feita junto ao Tribunal de Justiça permitiram que o Estado, nesses três primeiros meses, em vez de pagar R\$90.000.000,00 de precatórios, pagasse R\$15.000.000,00; fizeram com que o Estado conseguisse fazer os pagamentos, que até hoje estão sendo honrados. O pagamento do servidor da segurança e da saúde foi pago anteriormente de forma plena; aos servidores das outras áreas, pagamos R\$2.000.000,00, e a nossa expectativa é até o fim da semana que vem terminar de pagar o salário de abril. Esse comportamento não acontecerá em maio. Não teremos o recebimento de R\$781.000.000,00 de um precatório como aconteceu em abril. Isso quer dizer que teremos um problema mais grave do que estamos tendo neste mês. Temos uma previsão de queda da receita tributária líquida, frente à expectativa que o Estado fixou no seu fundo de caixa, de R\$2.200.000.000,00. Vamos lembrar que, além disso, desde março, temos tido um aumento da despesa com a saúde. Ela trouxe,

somente nestes próximos meses de março, abril e maio, um incremento de despesa próximo a R\$500.000.000,00. Isso é dinâmico, pois a cada dia se tem uma situação. Quero deixar claro que a saúde foi a única pasta que não foi contingenciada. Todas as outras pastas do Estado de Minas Gerais tiveram contingenciamento, fizemos nelas o contingenciamento. A saúde não teve. Fora o não contingenciamento, ela tem esse incremento de despesa em função das ações de ataque ao coronavírus.

Voltando à questão de maio, isso traz um desafio maior. Não vamos virar negativamente o mês de abril, mas a expectativa no mês de maio é de virarmos próximos a R\$1.500.000.000,00 negativos, ou seja, de uma expectativa de arrecadação de R\$3.800.000.000,00, teremos um saldo negativo de R\$1.500.000.000,00. Certamente isso refletirá no pagamento dos salários do Poder Executivo.

O que o Estado tem feito para mitigar essa crise? Estamos falando sob a perspectiva da Secretaria de Fazenda. Sob essa perspectiva, temos buscado, primeiro, a segurança, a saúde dos servidores e colaboradores da Secretaria de Fazenda. Estamos fazendo teletrabalho. Isso já está efetivado. Estamos produzindo nessa modalidade de trabalho. Estamos garantindo o funcionamento das atividades essenciais à Secretaria de Fazenda para que os contribuintes não sejam mais impactados. Além da crise econômica, eles serem impactados com qualquer burocracia estatal não tem sentido. Então, o Estado está contribuindo para que não haja nenhum empecilho burocrático na gestão do caixa das empresas.

Contingenciamento. Citamos aqui que o Estado adotou o contingenciamento através do Decreto nº 47.904, em que contingenciou algo próximo a 49,5% da despesa. Algo como R\$4.100.000.000,00 foi contingenciado a partir de abril com o objetivo de tentar fazer frente a essa queda de arrecadação. E, ainda, tomamos medidas que ajudam o contribuinte em função da pandemia e suas consequências. Vou citar algumas: situações de prazos processuais do conselho de contribuintes foram suspensos; suspensão por 90 dias de impugnação administrativa de registro de processos administrativos; suspensão de atos de cobrança por mais 90 dias; prorrogação de nota fiscal por 90 dias; instalação de novos procedimentos de cobrança prorrogada por 90 dias; encaminhamento de certidões de dívidas ativas para cartórios, protesto, prorrogação de 90 dias; rastreamento de demais prazos para flexibilização da administração tributária, também prorrogado; prorrogação da taxa de incêndio por 120 dias; adequação dos entendimentos das unidades da SEF, já por resolução. A Assembleia Legislativa aprovou uma lei que autoriza a alteração de prazos processuais. Isso tudo ajuda o contribuinte.

Tudo isso foi discutido nas federações, entidades empresariais, que contribuíram com soluções para que se minimizasse a situação, principalmente do pequeno e do microempresário. Também fomos signatários da postergação do Simples Nacional, que favorece milhares de pequenos e microempreendedores. O Estado de Minas foi signatário junto ao gestor do Simples Nacional. Então, houve uma prorrogação de 90 dias.

Além disso, eu e alguns secretários estivemos com o governador na semana passada, fizemos reunião com o presidente da República, com o ministro da Economia, pedindo recursos para o Estado de Minas. Entendemos que, até agora, os recursos que foram apresentados pela União não atendem à expectativa de Minas. A principal proposta colocada é o não pagamento de dívidas, e o Estado de Minas já usufrui dessa situação desde 2018, ou seja, isso não trouxe nenhum alívio de caixa para o Estado. Então, fomos lá pedir para que o presidente Jair Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes vejam uma situação para Minas, uma vez que, na visão nossa, não foi contemplada como outros estados, por exemplo, com a recomposição do FPE. Com relação aos estados do Nordeste e do Norte, há estado em que o FPE corresponde a 70% da sua receita. No caso de Minas, corresponde somente a 6%. Então, essa recomposição, aprovada em lei federal, não dá alívio ao Estado de Minas. Assim, a ideia é pedir ao ministro da Economia que encontre alternativa para o Estado de Minas. Fizemos reuniões com os presidente dos bancos públicos – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDS – com o objetivo de buscar alternativas à operação de nióbio. Hoje, em função da situação do mercado financeiro, não há possibilidade de se fazer a operação do nióbio. Ela estava à beira de ser feita, estava pronta e, em função da crise, entendemos que não

seria o correto, não adequado e não recomendado. Não teríamos comprador. Se tivéssemos, seria achacando o Estado de Minas. Assim, com relação à operação, entendemos como não adequada.

Fizemos, ainda, um trabalho junto aos deputados federais e senadores para a aprovação do PLP nº 149, com a previsão de recomposição de ICMS. Essa ação entendemos como a mais objetiva, direta e rápida que podemos trazer para o Estado de Minas, ou seja, se o Estado de Minas está, como falei, perdendo R\$1.150.000.000,00, que haja a recomposição por parte da União desse valor. O PLP nº 149 foi aprovado na Câmara e foi agora para o Senado. O governador já conversou com os três senadores.

Ainda foi criado um comitê, chamado comitê FIN Covid-19, que trata dos impactos econômicos e financeiros e de buscar medidas de curtíssimo, curto e médio prazos para a economia de Minas Gerais. Participam dele a Fiemg, a Federaminas, a ACMinas, enfim, todas as associações e federações empresariais para ajudar a construir uma saída para o Estado de Minas, não só no curtíssimo, mas também no curto e no médio prazos. Temos de pensar no dia de amanhã também. Então, foi criado esse comitê FIN Covid-19.

Ainda fizemos vedação e limitação de despesas não essenciais dentro do contingenciamento; suspensão e prorrogação de novos contratos; redirecionamento de recursos que estavam na Loteria Mineira para 100% deles serem direcionados para ações na saúde; a renegociação dos precatórios, como já foi citado aqui e, além de tudo, o BDMG lançou duas linhas de crédito: uma primeira, para micros e pequenas empresas, no valor de R\$500.000.000,00, e outras linhas que, na semana passada, o presidente daquela instituição anunciou no valor de quase R\$1.000.000.000,00, também direcionadas para as micros, pequenas e médias empresas, que têm essas dificuldades no enfrentamento do coronavírus.

Por último, queria colocar aos senhores a questão do pacote de ajuda que a União propôs. Como já anteriormente expus aqui, entendemos que ele é insuficiente para atender Minas. Ele colocou como transferência à saúde R\$8.000.000.000,00. Isso trouxe para o Estado de Minas, diretamente para ações de saúde, R\$88.000.000,00. A recomposição do FPE e do FPM, como já coloquei aqui para os senhores. O primeiro corresponde a menos de 6% da nossa arrecadação. Este mês, para os senhores terem uma ideia, já recebemos essa recomposição no valor de R\$26.000.000,00, lembrando que temos um orçamento de receita de mais de R\$4.000.000.000,00. Quer dizer, essa recomposição proposta no pacote da União também não atende Minas: orçamento assistencial de R\$2.000.000,00, efeito marginal em Minas; suspensão das dívidas dos Estados com a União tem efeito nulo, uma vez que o Estado já usufrui dessa situação; operações com facilidades de crédito para os estados no valor de até R\$10.000.000.000,00 dentro do Regime de Recuperação Fiscal e do Plano Mansueto. Resumindo, essas ações não afetaram em nada, não ajudaram em nada o Estado de Minas. Esse é o motivo por que fomos a Brasília pedir mais auxílio à União.

Obrigado pela oportunidade. Fico à disposição, presidente.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Passo agora a palavra ao deputado Thiago Cota, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico para fazer os seus questionamentos ao secretário.

#### **Palavras do Deputado Thiago Cota**

Presidente Agostinho Patrus, boa tarde. Além de lhe dar um boa-tarde, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo trabalho à frente desta Casa. Sem sombra de dúvida, estamos vivendo um tempo novo no Estado, um tempo novo no Brasil e um tempo novo no nosso planeta Terra. Mas, à frente da Assembleia de Minas Gerais, V. Exa. tem dado exemplo de eficiência, de dedicação. Tenho a certeza de que, ao final dessa pandemia, desses tempos difíceis, toda a sociedade verá, com muita clareza, o quanto a Assembleia é fundamental e o quanto estamos aqui trabalhando para efetivamente sermos a voz da nossa população.

Gostaria de aproveitar também este momento e cumprimentar todos os deputados, colegas nas pessoas dos deputados Hely Tarquínio e do deputado Bartô, presidentes da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e da Comissão de Defesa do Consumidor, que têm ações diretas na Secretaria de Fazenda.

Gostaria, também, de aproveitar e cumprimentar o nosso secretário de Estado da Fazenda, Gustavo Barbosa.

Aproveito, também, este momento para lembrar a todos que ontem foi o dia 21 de abril, Dia de Tiradentes. Acho que é uma data simbólica para todos os mineiros, para o nosso país. Estive em Ouro Preto. Sou marianense. Mariana é uma cidade vizinha, irmã de Ouro Preto. Estive lá e pude assistir, com muita tristeza, àquela solenidade vazia, e não poderia ser diferente, pois estamos vivendo dias de isolamento, mas tenho a certeza de que o recado que Tiradentes deixou ainda continua muito vivo na alma e no coração de cada um de nós, mineiros, que é o recado da liberdade, que é o recado da democracia.

Gostaria de aproveitar, também, para parabenizar esta Casa por permitir reuniões importantes, como esta que estamos realizando. Agradeço aqui o empenho de toda a equipe técnica, em especial de toda a assessoria da nossa Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Aproveito, também, para cumprimentar os membros da nossa comissão: deputado Virgílio Guimarães, deputada Laura Serrano, deputado Glaycon Franco e deputado Fábio Avelar. Cumprimento e parabênico esses deputados pelo relevante trabalho que desempenham, nesta tão importante comissão. Sabemos da importância da Comissão de Desenvolvimento Econômico em todo esse processo – o que mais nos preocupa é o pós-covid-19, o pós-posicionamento social, as consequências econômicas que podemos sofrer –, e assim espero conduzir e construir com a máxima responsabilidade as melhores alternativas para atender aos anseios do nosso povo mineiro. Com isso, estamos esperançosos de que o governo do Estado seja um grande parceiro em importantes medidas.

Quero ressaltar que esta Casa tem tomado importantes medidas no que diz respeito à economicidade, liderada pelo nosso presidente. Também quero ressaltar algo muito importante. Sempre fui muito crítico, sempre entendi que o nosso empresariado mineiro doava pouco, envolvia-se pouco com as questões sociais, com as questões do nosso Estado e do nosso país como um todo. Mas – aqui fica a minha moção de agradecimento aos nossos empresários – vejo, todos os dias, empresários que têm condição se envolvendo no combate ao coronavírus, à Covid 19, buscando doar recursos, doar alimentos, doar materiais de saúde. Isso, sem sombra de dúvida, é um exemplo da nossa maturidade enquanto sociedade.

Passando para as perguntas, secretário, fica aqui a pergunta deste deputado que lhe fala. É sabido que o setor agropecuário, em especial a suinocultura e os laticínios, tem sofrido muito, considerando que os bens produzidos são perecíveis, e as empresas têm sofrido dificuldade para obter capital de giro. Há possibilidade de se pensar medidas de apoio diferenciado, como o aumento de prazo para recolhimento de ICMS para esses setores?

O setor turístico – como disse, anteriormente, sou nascido em Mariana, uma cidade turística, uma cidade histórica, e vejo isso em Ouro Preto e em tantas outras cidades turísticas, mas, em especial, nas cidades históricas – foi um dos mais afetados pela pandemia, por conta das restrições de circulação de pessoas. Há alguma medida sendo pensada para o apoio ao setor turístico, considerando a sua importância para o Estado e sua capacidade de geração de empregos?

As estatísticas de arrecadação, como ICMS, podem ser obtidas com muito mais velocidade que as estatísticas do PIB. O que os dados revelam, até agora, sobre o impacto da pandemia sobre arrecadação e sobre a economia em geral?

Passo agora à pergunta da deputada Laura Serrano: “Como o governo pretende colaborar com ações para dirimir o impacto da crise econômica no fluxo de caixa das empresas mineiras? São pensadas ações no âmbito tributário?”.

Passo à pergunta do deputado Fábio Avelar: “O regime especial tributário de calçados de Minas Gerais é de 2%, enquanto o de São Paulo é de 1%. É possível igualarmos? A medida geraria mais empregos e renda no polo calçadista de Nova Serrana, além de atrair empresas de matérias-primas, por exemplo de São Paulo e de outros estados, para Minas Gerais e de ser mais uma ação para mitigar os efeitos da pandemia do coronavírus que, infelizmente, estamos vivendo. É possível termos o mesmo regime especial tributário das indústrias calçadistas para as empresas que, atualmente, estão fabricando máscara de proteção, em virtude do coronavírus? Em 2017-2018, as empresas que estavam em débito com o Estado puderam pagar os seus débitos com créditos do ICMS, o que não se pode mais. Precisamos fazer nova campanha de regularização de dívidas com o Estado, para que o mesmo receba os impostos, ao passo que isso facilitaria a vida dos empresários que estão devendo e seria também mais um benefício frente à grave



crise que estamos vivendo. Essa medida será tomada? Nova Serrana é um município atípico em várias questões, por ser polo industrial. São mais de mil empresas calçadistas gerando inúmeros empregos diretos e indiretos, no local e em toda a região. Como vimos, medidas para o setor turístico, por exemplo, quais as medidas que o Estado e o Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais estão tomando para mitigar os efeitos dessa crise para o setor calçadista?”

Por fim, pergunta do deputado Glaycon Franco: “Temos recebido pleitos de consórcios que administram o Samu, alegando dificuldades financeiras e acúmulo na falta de repasses de recursos para o sistema. Há alguma previsão para o pagamento do débito do Estado para com o Samu? Caso não haja, solicitamos providências urgentes, pois trata-se de estrutura essencial para o combate do novo coronavírus. Existe alguma providência por parte da Secretaria da Fazenda para suspender a cobrança de débito dos municípios com o Estado de Minas Gerais, durante e após a crise do novo coronavírus, até o atingimento da normalidade econômica? Existe algum estudo que preveja a possibilidade de prorrogação de validade das certidões de débitos tributários negativas até o fim da crise causada pelo coronavírus ou por um prazo razoável, após o termo da pandemia, até que as empresas se recuperem?”

Ficam aqui as nossas perguntas, presidente e secretário.

O presidente – Muito obrigado, Deputado Thiago Cota. Cumprimento V. Exa. pelo importante trabalho que faz à frente de comissão tão importante nesta Casa e tão representativa. Na sua pessoa, deputado Thiago Cota, parabéns todos os membros da comissão que fazem um excepcional trabalho.

#### Debates

O presidente – Vamos passar agora a palavra ao secretário Gustavo Barbosa, para a resposta aos questionamentos.

O Sr. Gustavo Barbosa – Obrigado, deputado. Com relação ao setor agropecuário, hoje, com relação a qualquer questão de ICMS, primeiro, o Estado precisa levar ao Confaz. O Estado, hoje, não decide sozinho qualquer mudança de alíquota ou tratamento diferenciado de ICMS. Esse é o primeiro ponto. Segundo, hoje, é muito difícil pensar em postergação de recolhimento, prazo de recolhimento, dada a situação grave do Estado. O Estado tem feito todas as ações possíveis para minimizar o impacto junto não só ao setor agropecuário, mas também a todo o setor econômico, todos os setores econômicos do Estado de Minas Gerais. Agora, quanto à postergação do ICMS, nesse momento, a gente... Primeiro, há um impeditivo legal: é só via aprovação do Confaz. Hoje, o Confaz não admite qualquer prorrogação disso. Outra, o ICMS é a base de arrecadação do Estado. Então, a gente busca ajuda de outra forma. O BDMG tem linhas de crédito para ajudar, mas, neste momento, a propagação de ICMS não está na pauta.

Sobre o setor turístico – a segunda pergunta – em especial as cidades históricas, nós fizemos... A questão do Simples Nacional afeta muito o setor turístico, prorrogamos por 90 dias. A Secretaria de Cultura e Turismo juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico estão buscando desenvolver programas para que consiga reativar. O impacto, realmente, na indústria de turismo é fortíssimo. Isso eles poderiam até trazer de uma forma mais pertinente do que eu. Mas, sob a ótica tributária, o Estado vem fazendo tudo o que é possível, à exceção de prorrogação de ICMS. Mas, nesse setor, a questão do Simples Nacional é importante; isso aconteceu, foi prorrogado por 90 dias.

Com relação às estatísticas de arrecadação, como ICMS, sim, com certeza, elas podem ser obtidas com muito mais velocidade do que as estatísticas do PIB, e é isso que a gente trouxe aqui. Nós já temos o efeito do impacto da perda de arrecadação do ICMS pelos estudos que a gente já fez para os meses de abril e maio. Obviamente, que isso é dinâmico, mas já está ocorrendo. Como coloquei, infelizmente, no mês de abril, a expectativa de queda de arrecadação é de R\$1.150.000.000,00; para o mês de maio, a expectativa de queda é de R\$2.200.000.000,00.

A deputada Laura Serrano coloca: “Como o governo pretende colaborar com as ações para diminuir o impacto da crise econômica no fluxo de caixa das empresas mineiras? São pensadas ações do âmbito tributário?”. Com relação às obrigações acessórias, fizemos todas as ações que nos foram demandadas, houve prorrogação de todas as situações que impactam, no dia a dia, dissipam energia do empresariado. Com relação ao âmbito tributário, fizemos a prorrogação do Simples Nacional com uma

reavaliação daqui a 90 dias. É isso que está na pauta. Qualquer outra situação, a postergação ou a suspensão com relação ao ICMS, mais uma vez, recai naquela questão de que tem que haver uma autorização do Confaz, e, além de tudo, o Estado, hoje, não tem a mínima possibilidade de abdicar de qualquer tipo de arrecadação no âmbito do ICMS.

Com relação ao RET para o setor calçadista, uma vez que aqui é 2% e, em São Paulo, 1%, a gente já recebeu – inclusive já recebi lá o deputado Fábio Avelar, que luta pela região, no sentido de trazer melhores condições... A gente continua aberto. Já discutimos isso, mas não há problema nenhum em rediscutir – não vejo problema –, desde que o Estado não fique prejudicado nessa discussão. Nós temos todo o interesse em fomentar indústria, no caso específico de lá, a calçadista. Ficamos abertos para a discussão. No dia em que desejarem, a gente reabre essa discussão com relação à redução, igualando a São Paulo. A gente está aberto, sim, para discutir.

"É possível um RET das indústrias calçadistas para as empresas que, atualmente, estão fabricando máscaras de proteção, em virtude de coronavírus?". A gente pode analisar. A gente tem a questão do ICMS. Para os equipamentos de saúde, a gente está avaliando, sim. A gente pode avaliar essa questão da máscara também, é mais um ponto que vou colocar aqui e me comprometo a retornar ao deputado.

"Em 2017-2018, as empresas que estavam em débito puderam pagar os mesmos com créditos de ICMS, o que não pode mais. Precisamos fazer nova campanha de regularização de dívidas com o Estado, para que o mesmo receba os impostos, ao passo que isso facilitaria a vida dos empresários que estão devendo. Seria também mais um benefício à frente da crise que estamos vivendo. Essa medida será tomada?" Não! Essa medida não será tomada, uma vez que o Estado, como colocado pelo deputado, em 2017-2018, fez um amplo projeto, Refis. Fizemos um programa de refinanciamento bastante exitoso e, hoje, em função da situação do Estado, não temos como permitir a utilização de crédito tributário para o pagamento desses impostos. Não teria como fazer isso hoje. Não há previsão de utilização dessa mesma sistemática.

"Nova Serrana é um município atípico em várias questões, por ser polo industrial. São mais de mil empresas calçadistas gerando inúmeros empregos diretos e indiretos, no local e em toda a região. Como vimos, medidas para o setor de turismo, por exemplo, quais medidas que o Estado e o BDMG estão tomando para o setor calçadista?" Como falei, na questão tributária, muito setor calçadista utiliza o Simples Nacional, mas também créditos do BDMG que estão direcionados para pequenos e microempresários. Foi criada linha específica para essa situação de ataque ao coronavírus, para ajudar nesse processo de transição da crise. Então, hoje nós temos linhas focadas não no setor calçadista, mas, sim, nas pequenas e microempresas como um todo.

Do deputado Glaycon Franco: "Temos recebido pleitos de consórcios que administram o Samu, alegando dificuldades financeiras e acúmulo na falta de repasses de recursos para o sistema. Há alguma previsão para o pagamento do débito do Estado com o Samu? Caso não haja, solicitamos providências urgentes, pois se trata de estrutura essencial para o combate ao coronavírus". Não estamos contingenciando nada nem contingenciamos, no ano passado, nenhum recurso para a área de saúde. Vou levar isso para o secretário de Saúde. Não sei, desconheço, não tenho essa informação, mas me comprometo a levar ao secretário de Saúde essa questão, dado que hoje a secretaria de Saúde é a única que tem o fluxo de caixa liberado – obviamente, com todas as questões legais, mas é a única que tem o fluxo de caixa liberado, principalmente no combate ao coronavírus.

Segunda questão: "Existe alguma providência por parte da Secretaria de Fazenda para suspender a cobrança de débitos dos municípios com o Estado de Minas Gerais, durante a crise do novo coronavírus e após a crise, até o atingimento da normalidade econômica?". Os débitos, hoje, são muito pequenos. Isso aí a gente avalia, não existe problema nenhum, pelo menos no que tenho conhecimento. Eu me comprometo a levar isso para discussão com os meus técnicos. A informação que tenho é que os débitos existentes, hoje, dos municípios com o Estado é muito pequeno. Mas, de qualquer maneira, eu me comprometo a levar para a discussão e retornar para o deputado.



Por último: “Existe algum estudo que preveja a possibilidade de prorrogação de validade das certidões de débito tributário negativas até o fim da crise causada pelo novo coronavírus ou por um prazo razoável, após o término da pandemia, até que as empresas se recuperem?”. Nós já fizemos isso. Já prorrogamos por 90 dias e iremos reavaliar daqui a 90 dias. Isso foi publicado por portaria do decreto do governador. Então já fizemos isso. Quando terminar o prazo de 90 dias, faremos uma nova avaliação dessa questão. Obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Com a palavra, o deputado Hely Tarquínio, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, para fazer os seus questionamentos e os dos membros efetivos da comissão ao secretário.

O deputado Hely Tarquínio – Boa tarde, presidente Agostinho Patrus, que tão brilhantemente tem conduzido os nossos trabalhos e, nesse momento de crise, consegue, juntamente com os outros poderes, debruçar-se sobre o problema da nossa existência, em Minas Gerias, que depende sobretudo da saúde e da economia. Quero agradecer também ao nosso secretário Gustavo Barbosa, por ter atendido o nosso convite para dialogarmos sobre essa situação de penúria, de crise na saúde. Quero saudar os meus pares parlamentares, senhoras e senhores deputados, especialmente os membros da comissão de Fiscalização Orçamentária, na figura do Sr. Virgílio Guimarães: deputados Fernando Pacheco, Bráulio Braz, Glaycon Franco, Doorgal Andrada e Laura Serrano. Agradeço o apoio que sempre recebemos de todos eles para ajudar e tratar dos assuntos pertinentes à nossa vida, em Minas Gerais.

Sr. Secretário, observamos atentamente a sua fala. É uma fala que esclareceu muita coisa para os deputados, os detalhes da sua secretaria e todas as providências que V. Exa. tem tomado com muita responsabilidade e denodo junto ao governador. Gostaria de repetir as perguntas, sabendo que muita coisa, praticamente 80%, foi respondida previamente e sabendo da dificuldade de V. Exa. em administrar essa álgebra complexa do universo de receita e despesa com todos os outros fatores. Isso é muito complexo. A Secretaria da Fazenda tem que esmiuçar muita coisa na fiscalização, no tratamento interno de fiscalização para facilitar para o contribuinte e, ao mesmo tempo, corrigir os problemas que, às vezes, acontece com os contribuintes. Enfim, cuidar das empresas, cuidar do povo. Sabemos da complexidade que é, e compreendemos. Mas temos aí, como falado por V. Exa., o déficit crescente; tenho a impressão de que, este ano, chega a mais de R\$20.000.000.000,00. Sabemos que é um momento tão difícil que – como V. Exa. já demonstrou aí –, a única secretaria que não teve contingência foi a da Saúde. E todas as providências de forma – sempre eu gosto desta palavra – “algébrica”, porque que tem mais, tem menos, e muitos outros fatores que compõem essa resultante, que no fim é de sobrevivência, e, talvez, com pouco apoio do governo federal. Esse é um momento de chamamento para todos nós, deputados federais e senadores, para que Minas possa gozar, como outros estados, de uma compreensão de que, a partir da desoneração dos impostos da Lei Kandir, ficamos ao léu, e conseguiram anular a Lei Kandir. Não sei como, é muito difícil de a gente saber os detalhes. São 27 estados. Minas Gerais saiu perdendo muito e está perdendo muito em força política. Muitas vezes, temos que bater de frente com o governo federal – bater de frente no bom sentido, com a representação do Parlamento, com o seu multipartidarismo, mas tudo unido em torno de Minas Gerais.

Vou repetir, secretário, as perguntas; algumas já foram respondidas, a maioria. A primeira pergunta é da deputada Laura Serrano: “Qual a estimativa atualizada da frustração de receita?”. Acho que isso é difícil de responder, mas está aí a pergunta. “Já há a previsão de quanto custará em despesas extraordinárias o combate à pandemia” – isso depende da curva da doença, de como ela vai acontecer – “para além da frustração de receitas?”. Essa é uma pergunta.

Agora, a segunda: “A crise do coronavírus escancarou a necessidade de o Estado aumentar suas receitas. Qual porcentagem da arrecadação do Estado é proveniente de ICMS?”. Parece que o senhor já afirmou que era 80%. “Até o momento, todas as propostas ventiladas para melhorar a situação fiscal de Minas giram em torno de cortes”. Não há dúvida de que são cortes. “As reformas administrativa e previdenciária, regime de recuperação fiscal, planejam um corte de gastos. Mesmo diante dessa situação de queda da arrecadação, o governo trabalha apenas para uma eventual melhoria da efetividade no sistema como única maneira de melhorar a arrecadação, o governo trabalha apenas para uma eventual melhoria da efetividade no sistema como única maneira de melhorar a arrecadação ou existe um planejamento para que se alcance maior arrecadação nos próximos anos?”. Acredito que exista, o senhor já,

mais ou menos, explicou, e a gente entende. “Existe um planejamento para o Estado cumprir com as suas obrigações, especialmente com os salários dos servidores?”. Isso é o que mais preocupa, o senhor sabe que é difícil. Essa é uma pergunta, muita coisa já está respondida.

Em seguida, a pergunta dois. Essas perguntas são da comissão; e algumas minhas. “Em meio a atual crise, o Estado vem recebendo algum tipo de ajuda financeira da União?” O senhor já disse que a União está um pouco ausente ou muito. “Existe alguma perspectiva de ajuda nesse sentido, já que apenas a União pode se endividar por meio de títulos? Em caso de ajuda, existe previsão de investimento em saúde, educação e em área social com recursos de uma eventual ajuda da União ou pagamento de dívidas?” A gente sabe que agora é um momento emergencial. “Essa eventual ajuda pode ajudar a recompor o Fundo Estadual de Saúde, o Fundo Estadual de Assistência Social e o Fundeb?” Boa parte do Fundeb vem do ICMS, a gente sabe disso.

Quarta: “O projeto da LDO, que será enviado à Assembleia, deverá sofrer alguma alteração?”. Acredito que não, mas, às vezes, devido à saúde, à educação, etc. Fica, depois, para a sua resposta.

Quinta: “Segundo Deliberação nº 30, do Comitê Extraordinário do Covid-19, de 10 de abril, deste ano, a locação de veículos passou a ser atividade essencial. Portanto, foi permitido o funcionamento de locadora de veículos através de uma deliberação. O senhor como membro deste comitê pode dizer onde se encontrou fundamento para considerar essa atividade como essencial? Tem razões econômicas ou de saúde, tendo em vista o isolamento?”.

A última: “O governo tem falado em enviar à Assembleia Legislativa os projetos de reformas administrativa e previdenciária. Estariam adiados os prazos ou o senhor pode nos dizer o que deverá estar contido nessas reformas a serem enviadas? Quais medidas o Estado pretende adotar?”. Esta também é da comissão. Agradeço a disponibilidade e aguardo as suas respostas.

O presidente – Muito obrigado, deputado Hely Tarquínio. Cumprimento V. Exa., como presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, pelo trabalho que faz à frente dessa comissão, assim como todos os membros desta comissão. Quero dizer que a Comissão de Fiscalização Financeira agora tem novos desafios. A partir de maio, já chega o projeto da LDO, e o deputado Hely Tarquínio tem feito sempre um trabalho tão brilhante nas conduções e relatorias desses processos.

Vamos passar a palavra ao secretário Gustavo Barbosa, para responder aos questionamentos da comissão.

O Sr. Gustavo Barbosa – Boa tarde, deputado Hely Tarquínio. Primeiro, quero agradecer a oportunidade de interagir com o senhor. Tivemos a primeira interação no ano passado, no Assembleia Fiscaliza, e o senhor foi muito ponderado, sempre ouvindo todas as questões. Queria agradecer bastante a oportunidade de, novamente, poder interagir com o senhor e com a Comissão de Fiscalização Financeira.

Com relação à pergunta da deputada Laura Serrano, já coloquei sobre a estimativa de frustração de receita. No ano, por enquanto, se o PIB cair por volta de 4%, a estimativa é de R\$7.500.000.000,00 de perda de arrecadação. A nossa estimativa é de R\$1.150.000.000,00, em abril, e de R\$2.200.000.000,00, em maio.

“Há previsão de quanto custará em despesa extraordinária o combate à pandemia?” A gente segregou, foi criada uma conta específica para isso, para a gente ter mensurado, de forma bastante transparente, o custo não só da saúde, mas de todas elas. Só da saúde, nesses três próximos meses, são R\$465.000.000,00, mas isso é dinâmico, a toda hora chega uma nova conta.

Segunda pergunta que o deputado Hely Tarquínio colocou: “A crise do coronavírus escancarou a necessidade de o Estado aumentar as suas receitas”. Em outro debate tinha colocado. Entendo que o Estado de Minas é extremamente eficiente no tema arrecadação. Temos um sistema de arrecadação reconhecidamente o melhor do Brasil. A Subsecretaria da Receita Estadual foi avaliada pelo Bird como a melhor subsecretaria de receita estadual do País. Então, em termos de eficiência, temos uma eficiência muito grande.

Em termos de impostos, estamos na média alta dos impostos. Não somos o Estado que tem o maior volume de custo de ICMS, mas estamos entre os maiores; só perdemos para o Rio de Janeiro. Então, acredito que aumentar imposto não seria adequado. Acho, a nossa visão é que – ainda não se fez – precisamos fazer, sim – a questão das reformas administrativa e previdenciária. Entendo que é importante a discussão – não, necessariamente, neste momento – do Regime de Recuperação Fiscal. Então, acredito que a melhora da receita, se houver, é marginal; ela não influenciará na situação atual. Para se ter uma ideia comparativa, a receita teve um crescimento superior à inflação, mas inferior às despesas, que vêm crescendo sistematicamente, principalmente em função da conta previdenciária.

Terceira pergunta: “Em meio à crise, o Estado vem recebendo algum tipo de ajuda financeira da União?”. Como coloquei: de forma bastante insuficiente. Entendemos que a União vem ajudando de forma insuficiente e inadequada, e, por isso, a gente entende que devemos buscar mais ajuda da União.

Ainda uma pergunta: “Em caso de ajuda, existe previsão de investimento em saúde, educação e área social?”. Como coloquei aqui, a gente não tem restringido nada na área da saúde. Neste momento de extrema crise financeira, a área da saúde tem sido a única sem contingenciamento. Educação e área social também; área social, quase nenhum contingenciamento; educação, adaptando a uma realidade atual, mas não deixando faltar recurso. “Ou só pagamento de dívidas?” Essa ajuda da União não virá para pagamento de dívidas. O Estado de Minas, hoje, não paga dívidas, porque tem uma liminar. Então, qualquer ajuda que vier será para o tesouro estadual, de livre movimentação, a não ser recursos que vão de fundo a fundo. A saúde tem recebido repasse direto do Ministério da Saúde, que não transita no Tesouro Estadual.

“Essa eventual ajuda pode ajudar a recompor FES, Feas e Fundeb?” A gente antes está pensando em recompor o pagamento do salário do servidor. Hoje, antes de qualquer pensamento de recomposição, o governador tem como meta voltar a pagar o salário do servidor em dia. Essa é a nossa meta. A ajuda, hoje, será para o pagamento de salário atrasado do servidor.

“O projeto da LDO, que será enviado à Assembleia, deverá sofrer alguma alteração em virtude da crise?” Sim, ele terá alteração. Ainda é um desafio para a gente fazer os cenários para os próximos anos. A gente ainda não tem a dimensão exata do impacto econômico, que é determinante na elaboração da LDO. Então, a gente ainda está tentando. A União já soltou. A gente já conseguiu uma base, mas ainda estamos buscando. Frente ao que estávamos pensando, ela sofrerá alteração.

“Com relação à Deliberação nº 30 do Comitê Extraordinário da Covid, a locação de veículos passou a ser atividade essencial, e, portanto, foi permitido o funcionamento de locadora de veículos”. Eu, como membro desse comitê, posso dizer onde se encontrou fundamento para considerar atividade essencial. Realmente, aqui não tenho, mas me comprometo, deputado Hely Tarquínio, a remeter para o senhor qual foi o fundamento econômico-financeiro e de saúde com relação a essa... Realmente não tenho aqui para passar para o senhor.

“O governo tem falado em enviar além de projeto de reformas administrativa, a previdenciária. O senhor pode nos dizer o que deverá estar contido nessas reformas a serem enviadas? Quais medidas o Estado pretende adotar?” A busca aqui é uma interação com a Assembleia Legislativa. Temos discutido com a Assembleia Legislativa. Em relação a essa proposta, a gente ainda está evoluindo, está no início de conversa. Mas, sim, a gente tem pretensão de trazer para a Assembleia a discussão dessas pautas, que a gente entende como importantes para a consolidação, a perenidade das contas públicas do Estado de Minas Gerais. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Com a palavra, o deputado Bartô, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, para fazer os seus questionamentos e dos membros efetivos da comissão ao secretário Gustavo Barbosa.

O deputado Bartô – Boa tarde a todos, em especial ao presidente e ao Gustavo Barbosa, que vem, mais uma vez, a nossa Casa para ajudar a esclarecer pontos fundamentais do governo.

A comissão representa os deputados Doutor Wilson, Douglas Mello, Cleitinho Azevedo e Elismar Prado. Em especial, um abraço ao Elismar e Cleitinho, que sempre estão presentes nas reuniões e fazem possível o nosso trabalho do dia a dia.

Secretário, já vi que o senhor já respondeu várias perguntas que, inclusive, estão aqui, feitas por um dos membros e também minhas. Então vou me ater somente àquelas em que não tenha entendido a resposta ou que você possa esclarecer um pouco mais.

O Cleitinho está querendo saber exatamente quanto à redução de ICMS para produtos específicos, estratégicos para esta crise, como máscara, álcool em gel e produtos nesse sentido. Ele também queria saber um pouquinho sobre a questão. Sei que a dificuldade no Estado está muito latente, mas é mesmo importante dar essa atenção especial para esses produtos, bem como aqueles produtos de primeira necessidade, que seriam os alimentos. Existe uma previsão, uma perspectiva? Há alguma conversa nesse sentido?

O Cleitinho também está querendo saber sobre o planejamento para a recuperação econômica – é uma pergunta tanto dele quanto minha. Qual é o planejamento para a recuperação econômica depois que passar a crise? Se a crise fosse finalizada do jeito em que está hoje, acredito que já seria uma grande desafio para o Estado. Mas, se permanecer ao longo de três meses ainda nessa situação, qual a perspectiva do Estado para esse planejamento junto a todos aqueles princípios que norteiam a gestão, que, como o senhor falou, têm sido tão bem conduzidos, inclusive ganhando reconhecimento do Banco Internacional?

Quero saber também – o Elismar está perguntando aqui e o Cleitinho também comentou muito – sobre a ajuda de empresários. Mas acho que o senhor já comentou, então, se puder falar de forma reduzida, somente as ações mesmo, bem rápido, avançaremos até para satisfazer ao Cleitinho também, dando a ele a resposta.

E o Elismar está querendo saber também sobre a questão da Copasa, como é que está a suspensão dos cortes de quem não tem tarifa social. Então, qual o olhar do governo para isso? Lembrando que vários estados já adotaram a flexibilização do pagamento dessas contas e também que o próprio governo federal, através da Aneel, suspendeu os cortes de energia elétrica. E aí, dentro disso, fica aqui a minha questão também: qual é esse impacto para as finanças do Estado? Como já está hoje, tanto a questão de... Com certeza, há inadimplência, o pessoal que não está pagando. Como isso seria? Qual o impacto total do caixa do Estado, tanto na questão da Copasa quanto na da Cemig?

Quero entender também um pouquinho mais qual é a visão do senhor para voltarem à normalidade todas as receitas. Se a crise terminasse hoje, quanto demoraria para termos a normalidade das receitas?

E também a questão de que hoje o Caiado, governador do Estado de Goiás, anunciou – e aqui eu parabênizo não só o governador Caiado, como todo o Estado de Goiás, que teve uma ação conjunta – então enaltecendo a União –, em que o Tribunal de Contas, o Ministério Público, o Legislativo, o Judiciário e o Executivo reduziram de forma conjunta 20% do custeio. Muito interessante isso do governo de Goiás. Parabéns ao Caiado. E gostaria de saber se existe alguma coisa nesse sentido por parte do Executivo mineiro.

Então, é basicamente isso. Mais uma vez, obrigado por estar em nossa Casa, esclarecendo as nossas dúvidas. Um abraço.

O presidente – Muito obrigado, deputado Bartô, pelos questionamentos, pelo trabalho que faz à frente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Na sua pessoa também, parabênizo todos os membros dessa importante comissão para a Assembleia de Minas.

Vamos passar a palavra ao secretário Gustavo Barbosa, para as respostas aos questionamentos.

O Sr. Gustavo Barbosa – Boa tarde, deputado Bartô. Obrigado pelas perguntas. Agradeço a oportunidade de poder falar.

Com relação ao planejamento, se o Estado planeja reduzir ICMS para os equipamentos, EPIs, enfim, respiradores: sim, pretende, só que isso depende do Confaz. Nós já apresentamos demandas ao Confaz – outros estados também apresentaram –, mas o Confaz tem que tecer unanimidades. Nem todos os estados concordaram, mas a gente vem batalhando. A gente já fez, nas últimas

duas semanas, quatro reuniões do Confaz tentando buscar essa e outras situações que amenizem e atenuem esse processo com relação aos equipamentos básicos de segurança para a saúde.

Quanto aos itens de primeira necessidade, alimentos e cestas básicas: não, não há. Como eu coloquei, não há previsão. O Estado, a Secretaria de Fazenda, o governo não têm nenhuma previsão com relação a mudar o tratamento tributário da cesta básica.

A questão do cenário da pandemia, prover e gerir recursos financeiros para garantir o desenvolvimento econômico, qual o planejamento de recuperação econômica após a pandemia, e então a pergunta: "É possível a redução da carga tributária para os empresários? Quais medidas serão implementadas para ajudar na retomada da economia?". Como eu falei, foi criado esse FIN Covid-19, que é um comitê com a participação, além das secretarias estaduais, do Indi, da Fundação João Pinheiro, do BDMG e de federações e associações empresariais, que estão ajudando a construir uma saída para a atual crise. Nós, como eu falei, fizemos uma ataque à questão da burocracia tributária, das obrigações acessórias – isso já alivia muito –, e isso tem trazido também simplificações no processo tributário, que trarão, no futuro, uma melhor forma de o empresário sair. A gente ainda está elaborando, não tem uma situação específica. Como eu falei, existem linhas de créditos – que o BDMG já colocou –, a simplificação tributária proposta pelo Estado, a questão do diferimento do Simples Nacional. Essas são medidas de curto e curtíssimo prazos, mas nós estamos trabalhando nas de curto a médio prazos, fazendo ajustes, subsidiando mais a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que tem trabalhado fortemente para ver quais os setores que podem voltar a funcionar de uma forma segura, sempre prevalecendo a saúde, tanto a do empregado, como a da sociedade mineira como um todo. Enfim, a ideia é que isso ocorra da forma mais rápida possível, mas que não impacte em nenhum momento o combate ao coronavírus.

“Quanto tempo o caixa irá suportar, caso a situação perdure?” Nós já não estamos suportando. O caixa já está virado. No mês de abril, só não virou de forma forte em função da entrada de R\$781.000.000,00 só de um precatório, entre outras ações que somaram quase R\$900.000.000,00, mas já estamos com o caixa... Ele deve virar de abril para maio.

Com relação à Copasa, o impacto eu não tenho aqui, mas eu posso levar. Eu apresentarei ao senhor esses impactos com relação às contas da Copasa.

A volta à normalidade das receitas vai depender muito do tempo de duração da crise. Ninguém acredita mais, como a gente chama na economia, em um V, ou seja, vai lá no fundo e volta rapidamente. Então, teremos aí um espaço maior, infelizmente, de profundidade na crise, e isso traz um impacto. Quanto maior esse tempo de duração, mais tempo demorará a receita. A gente já está vendo que não alcançaremos a receita de 2019. Imaginem: em 2020, nós planejamos um aumento de quase 9% de arrecadação. Além de não termos esse aumento, provavelmente não atingiremos a de 2019. Então, ainda é cedo para colocar quando teremos de novo uma arrecadação como a prevista para 2020 antes da crise.

Com relação à ação do governador Caiado, o que eu posso dizer é que eu tenho participado de reuniões com todos os Poderes, e todos eles têm se mostrado sensíveis quanto à questão econômica do Estado em função do coronavírus. Aqui, capitaneada, muitas vezes, pelo presidente da Assembleia, essa discussão tem ocorrido. Tenho certeza de que eles estão sensibilizados com relação à busca de alternativas para o Estado suportar essa crise agravada pelo coronavírus. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário, pelos esclarecimentos. Com a palavra, o deputado Sávio Souza Cruz, que é líder do Bloco Minas tem História, para fazer os seus questionamentos.

O deputado Sávio Souza Cruz – Boa tarde, presidente. Obrigado pela cessão da palavra. Quero cumprimentar, além de V. Exa., o deputado Thiago Cota, integrante do nosso bloco que compõe a Mesa com V. Exa., e especialmente o secretário Gustavo, que se dispôs a estar aí presente, prestando os esclarecimentos que foram formulados até o momento.

Eu tenho alguns questionamentos que foram trazidos pelos deputados. O nosso bloco – insisto –, sempre gosto de dizer, é o mais numeroso, e há questionamentos que o secretário já abordou, mas eu faço questão de fazê-los, e ele fique à vontade para passar mais superficialmente sobre assuntos que considere já terem sido respondidos.

Eu inicio com os questionamentos do deputado Mauro Tramonte, secretário. Ele pergunta, lembrando que, no último dia 16, o governo do Estado anunciou uma queda na arrecadação de aproximadamente R\$1.150.000.000,00, totalizando uma queda de 36% do ICMS, 44% do IPVA e 30% na emissão de notas fiscais. Diante desse quadro, o deputado indaga se o governo conseguirá cumprir a execução de emendas parlamentares indicadas, especialmente aquelas destinadas à saúde, considerando que é o setor que, neste momento, mais precisa de recurso. Segundo: qual é a estratégia do governo para que essa queda na arrecadação não atinja ainda mais os salários dos servidores. E terceiro: se existe algum projeto de recuperação econômica do Estado pós-pandemia, especialmente para o estímulo à geração de renda.

O deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, indaga se os repasses para a Secretaria de Saúde (- Falha na transmissão do áudio.), há muitos anos, não obedecem ao preceito constitucional de garantia do (- Falha na transmissão do áudio.), custeio da saúde pública. Obras estão paralisadas, como os hospitais regionais, UPAs e mais de 180 UBS. A dívida com os municípios mineiros está na casa de bilhões de reais. Os hospitais da rede Fhemig estão precisando de reparos, medicamentos e insumos. Esse é o quadro da saúde pública em Minas Gerais apresentado pelo deputado Carlos Pimenta. Ele indaga: “Para enfrentamento desta epidemia, que deverá se agravar nas próximas semanas, existe a possibilidade de aumentar os repasses para a Secretaria de Saúde, pelo menos para se chegar aos mínimos constitucionais? Existe alguma possibilidade de pagar parte da dívida do Estado com os municípios mineiros, especialmente as cidades-polo que estão atendendo as microrregiões?”

E agora uma pergunta apresentada pelo deputado Alencar da Silveira Jr.: "A Abramulti – Associação Brasileira dos Operadores de Telecomunicações e Provedores de Internet – solicitou um crédito especial ao BDMG, já que está levando internet gratuita para todas as cidades de Minas, aos rincões do Estado, fazendo parceria com o governo; estão com grande inadimplência, não fizeram nenhum corte nos seus clientes, não vão conseguir pagar o aluguel dos postes da Cemig (- Inaudível.) preço muito maior que o cobrado entre as quatro grandes. Hoje a Abramulti tem mais de quatrocentos associados, e indaga o deputado como o governo irá resolver essa questão.

Eu gostaria agora de acrescentar algumas observações minhas, secretário. Primeiro, sobre a inclusão do setor de locação de veículos como serviço de primeira necessidade. Eu acho que isso foi muito discutido na Assembleia e muito registrado o prestígio do empresário Salim Mattar, que, com certeza, fez o convencimento do Estado sobre essa prioridade do setor que ele também representa. Nós temos algumas dúvidas, secretário, primeiro, em relação à questão do ICMS. Parece que o projeto do deputado Rodrigo Maia, que recompõe o ICMS, é o mais importante para Minas, e a gente não tem visto, por parte do governo do Estado, um endosso muito forte, pelo menos publicamente, em favor da aprovação desse projeto. Pelo contrário, a gente vê às vezes uma posição um pouco tímida, um pouco retraída e que acho que não condiz com a nossa situação atual. O secretário falou sobre as dificuldades do Estado, mas eu tenho insistido, secretário, que o governo tem dado uma sinalização para a Assembleia e para a sociedade de maneira geral ambivalente, quase que esquizofrênica. Fala que o Estado não tem dinheiro, que o Estado está quebrado, mas mandou para cá um projeto de aumento de folha, sem entrar no mérito do merecimento, da necessidade, mas um aumento que geraria, anualizado, ao cabo das três fases de implantação, quase R\$6.000.000.000,00 por ano de impacto. E agora o secretário fala que a prioridade não é recomposição salarial, é tentar colocar a folha em dia. Então, acho que seria fundamental que o governo desse uma sinalização mais coerente para a sociedade mineira, para a Assembleia Legislativa, para os outros Poderes, para que... Eu até usei uma frase: “Quando o som da trombeta do anjo não é muito claro, as pessoas não se animam para a guerra”. A gente fica na dúvida quanto à real situação do Estado. Ao mesmo tempo, fala que é caótica, mas propõe impactos importantes na folha.

Apenas para finalizar, esse comitê, que (- Falha na gravação.) aos secretários sobre o problema da Covid, pode ser dissolvido, porque parece que a Fiemg já resolveu esse problema, já tem um plano de retorno de atividades, não só para a indústria, mas também para o comércio, para a agricultura, para os serviços, inclusive já estabelecendo obrigações para o governo (- Falha na



transmissão do áudio.) para a Assembleia, para os outros Poderes, TJ, Ministério Público. Então, a Fiemg já se encarregou de resolver essa questão, e isso desonera o governo de mais essa preocupação.

Então são essas observações que eu tinha que fazer em nome do Bloco Minas tem História. Presidente, secretário, muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Sávio Souza Cruz, pela participação aqui, pelo trabalho que temos feito também nas reuniões remotas do Colégio de Líderes, por sua importante participação.

Com a palavra, o secretário Gustavo Barbosa, para resposta aos questionamentos.

O Sr. Gustavo Barbosa – Boa tarde, deputado Sávio, obrigado pelas perguntas. Com relação às perguntas do deputado Mauro Tramonte, se o governo conseguirá cumprir a execução das emendas parlamentares indicadas, especialmente aquelas destinadas à saúde, considerando que é o setor que neste momento mais precisa. Como eu falei, o Estado não tem nenhum contingenciamento, nem por emenda nem por recurso direto do Tesouro. Não haverá nenhum tipo de contingenciamento com relação a esse tipo de direcionamento, em hipótese nenhuma.

“Qual a estratégia do governo para que essa queda na arrecadação não atinja ainda mais os salários dos servidores?” Infelizmente, o Estado tem feito tudo para conseguir pagar os salários em dia, só que hoje o Estado não arrecada o suficiente para isso. Não existe uma estratégia quando você tem um déficit de mais de R\$1.150.000.000,00 em um mês e, no outro mês, de R\$2.000.000.000,00, isso em um montante de R\$4.000.000.000,00. Na realidade, a gente está tentando fazer, dentro do que é possível, o máximo. A questão de estratégia é mitigar essas ações, buscar recursos da União. Mas, infelizmente, nós não temos como honrar. Por enquanto, nós não temos como falar: “Vou pagar em dia o salário”. Longe disso! Pelo contrário, nós estamos muito mais para atrasar o salário do que para honrá-los, se não vier uma ajuda para isso, se não vier uma ajuda federal. O Estado hoje não tem capacidade de honrar os salários dos servidores em dia.

“Existe algum outro projeto para a recuperação econômica do Estado pós-pandemia, especialmente para o estímulo à geração de renda?” Como eu falei, nós estamos, sim, desenvolvendo, apesar de o deputado Sávio colocar que a Fiemg já fez isso – eu discordo, a Fiemg fez a parte dela no que cabia à retomada da economia; a Fiemg, com a gente, fez no que tange a isso. Não, o governo está estudando para que as Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Fazenda, Planejamento e outros parceiros, como federações e associações, busquem alternativas, sim, para fazer com que a economia passe por um processo rápido de retomada.

Com relação aos vários pontos que o deputado Carlos colocou, realmente o Estado, há alguns anos, sofre com o repasse dos índices constitucionais. No ano passado, nós fizemos o repasse no valor dos índices constitucionais. Não há dúvida de que, neste ano, ainda mais em função da situação peculiar de 2020, esse índice será alcançado de forma bastante rápida. Inclusive iremos superar o – não tenho dúvida nenhuma com relação a isso. E a pergunta é sobre se existe possibilidade de aumentar os repasses para a Secretaria de Saúde, pelo menos para se chegar aos repasses mínimos constitucionais. Como eu falei, não há contingenciamento para a Secretaria de Saúde neste momento. Nós não temos dúvidas de que os índices constitucionais serão atingidos e superados.

“Existe alguma possibilidade de pagar a dívida do Estado com os municípios mineiros, principalmente nas cidades-polo que estão atendendo microrregiões?” O Estado hoje não consegue pagar o salário. Não há possibilidade. A não ser o que tem sido feito: os repasses do ICMS, do IPVA, que são recebidos e repassados, e o acordo com a AMM; não há outra possibilidade de fazer qualquer repasse aos municípios, mas não por desejo e sim por impossibilidade. Então, hoje não há a mínima possibilidade com relação a isso.

O deputado Alencar coloca a questão da associação Abramulti com relação à internet gratuita. Se eu entendi direito, ela está com problema em relação ao BDMG, não está pagando. Enfim, levarei essa demanda ao presidente do BDMG e me comprometo a dar um retorno ao deputado Alencar – ou eu ou o próprio presidente do BDMG – com relação a essa demanda.

O deputado Sávio coloca a questão da locação de veículos. Como eu já tinha respondido, não tenho aqui a informação, mas me comprometo a passar para o senhor também a questão de ela ser enquadrada como atividade essencial e o retorno das atividades.

O deputado Sávio coloca ainda a questão do PLP nº 149, em relação a qual o governador tem sido tímido. Discordo veementemente. Entendo que o Estado tem sido bastante ativo nisso. Eu, pessoalmente, passei vários fins de semana trabalhando nisso a mando do governador, no sentido de trabalhar com o relator, deputado Pedro Paulo. O governador conversou com o deputado Rodrigo Maia – a gente vem fazendo isso de forma constante –, no sentido de trazer... O governador já conversou, desde a semana passada, com os três senadores, conversou com o presidente da República. Então, eu não concordo com a afirmação de que o governador tem sido tímido. Pelo contrário, ele tem sido bastante atuante com relação à aprovação do PLP nº 149.

Sinalização dúbia à Assembleia. Foi enviado, sim, e, nas discussões com a própria Assembleia Legislativa, foram vetadas três situações: a extensão do aumento para outras categorias e os dois aumentos posteriores. Restou o aumento de 13%. Eu acho que isso dirime as dúvidas com relação a isso. O Estado firmou proposta de garantir os 13%.

Com relação à PM, que ela já fez o trabalho e que não precisa do Estado. Deputado, como eu coloquei aqui, a PM fez o que é inerente à pasta da PM. Com relação à parte de desenvolvimento econômico e financeiro, essa parte é da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, das Secretarias de Fazenda e de Planejamento. Então, nós estamos trabalhando nisso. A PM fez aquilo que é inerente ao trabalho da Polícia Militar. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Vamos passar agora, na sequência, ao deputado Cássio Soares, que é o líder do Bloco Liberdade e Progresso, para fazer os seus questionamentos.

O deputado Cássio Soares – Muito boa tarde, Sr. Presidente, deputado Agostinho Patrus; secretário Gustavo Barbosa; deputado Thiago Cota, que compõe a Mesa também, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico; todos os pares, colegas, deputados, deputadas e principalmente à população mineira que nos acompanha através da TV Assembleia e do site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Sr. Presidente, secretário Gustavo, eu trago aqui, em nome do Bloco Liberdade e Progresso, em nome dos 21 parlamentares que compõem o nosso bloco, alguns questionamentos. Do deputado Gil Pereira: “Os pagamentos das emendas parlamentares impositivas priorizadas para o combate à Covid-19 serão pagas ainda no mês de abril? Ou então, qual é a data prevista para o pagamento das emendas impositivas priorizadas para o combate à Covid-19?”

Do deputado Doutor Paulo, de Pouso Alegre, especialmente, do nosso Sul de Minas: “Quais ações da Secretaria de Fazenda serão implementadas em relação aos microempresários, sobretudo do ramo de alimentação, academias e eventos de entretenimento, microempresários individuais, autônomos e pessoas que trabalham com a economia informal, para que tenham acesso às linhas de crédito com redução dos juros e com outras facilidades, considerando a instabilidade financeira inerente a essas linhas de atuação?”

Do deputado Sargento Rodrigues, árduo defensor da área de segurança pública. Ele traz aqui três questionamentos. O primeiro deles: “Secretário, considerando que a Lei Estadual nº 10.366/1990, em seu art. 4º, § 1º, inciso II, está em pleno vigor, sobre qual fundamento legal a Secretaria de Fazenda determinou o fim do repasse das contribuições patronais ao Instituto de Previdência e Saúde Militar – IPSM –, a partir de março de 2020?”

Segundo questionamento do deputado Sargento Rodrigues: “Sobre qual fundamento legal o governo do Estado comunicou que estão suspensos o pagamento do abono-fardamento, que deveria ser pago no mês de maio, e suspendeu também o pagamento do terço de férias dos servidores públicos do Estado?”

Terceiro questionamento: “Qual é a previsão do pagamento do abono-fardamento para os servidores da segurança pública de Minas Gerais?”

E o quarto e último questionamento do deputado Sargento Rodrigues: “O que e quais ações o governo de Minas Gerais tem feito junto ao Congresso Nacional e à Presidência da República para a aprovação do PLP nº 149, na forma aprovada pela Câmara dos Deputados?”.

E da deputada Ione Pinheiro: “Quais são os 50 maiores contribuintes de ICMS do Estado? Qual é a perspectiva de arrecadação em face da pandemia?”. E, ainda: “Para acompanhar com transparência as despesas do Estado com o enfrentamento da pandemia, como está sendo divulgado e o que esperar do volume dessas despesas?”.

São esses os questionamentos do nosso bloco, secretário Gustavo, e nós reforçamos aqui que estamos prontos para trabalhar em conjunto com o Poder Executivo, sob a coordenação firme e sensível do presidente Agostinho Patrus; que o Parlamento mineiro seja eficientemente a voz dos mineiros junto ao Poder Executivo, ao Governo do Estado de Minas Gerais. Então, bom trabalho, ótima recuperação, e que Minas Gerais consiga superar essa crise da melhor maneira possível.

O presidente – Muito obrigado, deputado Cássio Soares; cumprimento, na sua pessoa, todos os membros do bloco Liberdade e Progresso e agradeço seu importante trabalho para a definição, no Colégio de Líderes, das pautas a serem tratadas, das matérias que devem entrar na Ordem do Dia e também da forma de atuação deste Parlamento. Vamos passar a palavra agora ao secretário Gustavo Barbosa, para as respostas.

O Sr. Gustavo Barbosa – Boa tarde, deputado Cássio, obrigado pelas perguntas e pela interação. Muito obrigado. Com relação ao questionamento do deputado Gil Pereira: “Os pagamentos das emendas parlamentares impositivas priorizadas pela Covid-19 serão feitos ainda no mês de abril?”, sim, todas que estão determinadas. Isso é monitorado pela Secretaria de Governo, não há contingenciamento nenhum com relação a isso. A questão é operacional: houve a liberação operacional, o recurso está disponível. Então, não haverá nenhum tipo de contingenciamento. Se forem operacionalmente disponibilizadas em abril, o financeiro será pago em abril.

O questionamento do deputado Doutor Paulo: “Quais ações da Secretaria de Fazenda serão implementadas em relação aos microempresários, sobretudo no ramo de alimentação, academias, eventos, entretenimento, microempresários individuais, autônomos e pessoas que trabalham com economia informal, para que tenham acesso às linhas de crédito com redução de juros e com outras facilidades, considerando a instabilidade financeira?”. Com relação à questão tributária, no caso, para os formais, os microempresários, os pequenos, enfim, eles foram atendidos com relação à postergação do Simples Nacional. Com relação a linhas de crédito para facilitar, o BDMG já ofertou. Já existem linhas disponíveis de R\$1.500.000.000,00 para médios, pequenos e microempresários com o sentido de enfrentamento desta questão do coronavírus e de toda afetação desse segmento de empresários colocado aqui – do ramo de alimentação, academias, eventos, entretenimento –, lembrando que o principal imposto desse grupo é o ISS, ou seja, um tributo municipal.

Quatro perguntas do deputado Sargento Rodrigues: “Secretário, considerando que a Lei Estadual nº 10.366/90, em seu art. 4º, § 1º, inciso II, está em pleno vigor, sob qual fundamento a Secretaria de Fazenda determinou o fim do repasse das contribuições patronais de ICMS?”. A Secretaria de Fazenda não determinou o fim dos repasses, tanto que ele está ocorrendo. O que há é um parecer – se o deputado me permitir, não é? – da AGE, informando que, com a reforma previdenciária, é necessária a criação de uma alíquota para o pagamento de contribuição para o sistema de saúde. O sistema previdenciário já existe, e, para o sistema de saúde, é necessária uma lei estadual para a aprovação. Esse não é um parecer da Secretaria de Fazenda, mas da Advocacia-Geral do Estado. Nós estamos dispostos a discuti-lo, não há problema algum, mas não é uma determinação da Secretaria de Fazenda, até porque ela não tem autonomia para fazer isso.

Com relação ao segundo... (- É interrompido para receber algo por escrito e lê o conteúdo da entrega.)

Bom, deputado, como eu falei para o senhor, a gente seguiu a orientação da AGE, toda a orientação foi passada pela AGE. A Secretaria de Fazenda não tem autonomia para determinar a extinção ou não. Isso não é autonomia da Fazenda. De qualquer

maneira, em nenhum momento foram prejudicados os repasses ao IPSM. O senhor está colocando que o Zema está destruindo o IPSM. Eu queria deixar claro para o senhor – talvez não lhe tenha chegado a informação – que o IPSM, desde janeiro de 2019, vem recebendo os repasses em dia. Foram pagos todos os repasses. Inclusive, o Cel. Vinicius, gestor do IPSM, ligou para mim em dezembro agradecendo, porque foi a primeira vez, nos últimos anos, que ele conseguiu pagar antecipadamente os fornecedores e, com isso, obter desconto. Isso vem sendo tratado de forma permanente. Com relação à questão da contribuição patronal, ela está sendo feita. Eu tenho como falar para o senhor. Bom, então, colocando de uma forma bem clara – estou no Parlamento, não posso mentir, não é? –, estou falando para o senhor que, em nenhum momento, o IPSM deixou de receber os recursos com relação ao repasse. Aliás, isso não aconteceu nos últimos anos. Vou lembrar novamente: desde janeiro de 2019 – o senhor pode consultar o Cel. Vinicius, o Cel. Giovanne e o Cel. Estevo –, o repasse tem sido feito. E, pela primeira vez, em dezembro do ano passado, conseguiu-se pagar antecipadamente e houve desconto. Então, eu queria só discordar da posição do senhor de que o governador Zema está destruindo o IPSM. Pelo contrário, ele está fortalecendo, porque está deixando a casa mais forte para enfrentar os problemas que ele tem.

Segundo questionamento: “Sob qual fundamento legal, o governo do Estado comunicou que está suspenso o pagamento do abono-fardamento, que deveria ser pago no mês de março, e também o pagamento do terço de férias dos servidores públicos do Estado?”. Não é determinação legal. Não é argumentação legal. É falta de recurso, como foi explicado aqui. Não há uma fundamentação legal. O Estado hoje não tem recurso para fazer esses pagamentos. São escolhas que a gente tem que fazer quando o recurso é pequeno, quando não temos recursos. Então, qual foi a escolha? Pagar o salário, não é? A saúde e a segurança receberam o salário todinho, todo ele foi pago no dia 8 – dia 8 ou dia 9, se não me engano – enfim. Não temos o recurso para o auxílio-fardamento. É claro que é uma dívida do Estado com o auxílio-fardamento. O Estado, em nenhum momento, disse que não vai pagar. Ele hoje não tem condições de pagar – é diferente. Então, nós reconhecemos essa dívida, mas não temos hoje condições de pagá-la. O senhor viu, eu acabei de colocar aqui os números: o Estado hoje não tem a mínima capacidade de pagar e não sabe como será o dia de amanhã.

“Qual a previsão de pagamento do abono-fardamento?” Como coloquei para o senhor, infelizmente, nós não temos a possibilidade de hoje colocar uma data para o pagamento do auxílio-fardamento.

E quais ações o governo de Minas Gerais tem feito junto ao Congresso Nacional e à Presidência da República para aprovação do PLP nº 149, na forma aprovada na Câmara dos Deputados?”. Eu concordo totalmente com o senhor, eu acho que esse é o nosso principal objetivo, buscar a aprovação do PLP nº 149, porque ele traz a recomposição da perda de ICMS – isso é fundamental. Então, como eu coloquei aqui, estivemos com o presidente da República, com o ministro Paulo Guedes e o governador conversou por telefone com o presidente Rodrigo Maia. Eu pessoalmente estive com o deputado Pedro Paulo, que é o relator do PLP nº 149. Enfim, nós temos feito gestões em todos os sentidos para conseguir passar porque entendemos essa ser a alternativa mais rápida e objetiva para a gente voltar a uma certa normalidade.

O deputado Cássio colocou mais duas perguntas pela deputada Ione: “Quais são os 50 maiores contribuintes?”. A gente já passou aqui, eu não vou listar, mas a gente passa para a senhora a questão dos 50 maiores contribuintes com relação a essa questão. Qual é a perspectiva de arrecadação? Como foi colocado, infelizmente a perspectiva não é boa. Nós temos hoje uma perspectiva de queda deste mês de R\$1.150.000.000,00, e do mês de maio R\$2.200.000.000,00. Com relação à despesa transparente, nós temos o Siafi, que é um sistema aberto a toda população, todos os técnicos da Assembleia, todo mundo tem acesso a ele. Toda a despesa do Estado é disponibilizada lá para o público em geral. Se quiser alguma informação mais objetiva eu fico à disposição, a senhora pode me mandar que eu retransmito para a senhora. Mas toda informação de despesa é disponibilizada no Siafi.

Não sei se faltou alguma, deputado Cássio, mas acredito que eu tenha respondido às perguntas que foram feitas.

O presidente – Muito obrigado secretário. Vamos passar agora a palavra ao deputado Gustavo Valadares, líder do Bloco Sou Minas Gerais, para os seus questionamentos.

O deputado Gustavo Valadares – Boa tarde, presidente deputado Agostinho Patrus. Boa tarde, secretário da Fazenda, Gustavo Barbosa, e deputadas e deputados, os quais cumprimento na pessoa do deputado Thiago Cota, que também está presente.

Foram-me feitas e encaminhadas perguntas por algumas deputadas e deputados do bloco; primeiro eu os nomearei: deputado Antonio Carlos Arantes, deputado Dalmo Ribeiro Silva, deputado Fábio Avelar, deputado Gustavo Mitre, deputado João Leite, deputadas Laura Serrano e Celise Laviola, e por último o deputado Noraldino Júnior. As perguntas do deputado Dalmo Ribeiro e do deputado Fábio Avelar já foram feitas, então eu não vou repeti-las. Prossegurei com as dos demais deputados, começando pela do deputado Antonio Carlos Arantes: “Secretário, hoje a grande discussão chama-se máscaras. Esta Casa aprovou e o governador sancionou a Lei nº 23.636/2020, sobre a obrigatoriedade do uso delas em todo Estado. Temos visto no noticiário os transtornos para importá-las da China, idas de aviões para buscá-las, desvios, confiscos, etc. Temos em Minas Gerais um grande polo produtor que são as costureiras, seja no Barro Preto, em Belo Horizonte, em Jacuí e em São Sebastião do Paraíso, as confecções em Juruiaia, Cristais e em tantos outros municípios. Quais as ações do governo para facilitar a produção e a respectiva tributação? Pois as empresas estão fechadas, não podem vender, e os consumidores têm dificuldade na aquisição das máscaras: além de não encontrarem o produto, quando acham são preços exorbitantes. Não podemos nos esquecer ainda de que essa indústria da confecção é medida geradora de emprego e renda. Por que importar e não incentivar a produção local, aproveitando a nossa expertise e vocação?”.

Agora passo a pergunta do deputado Gustavo Mitre: “Está garantida a continuidade dos pagamentos mensais aos municípios referentes às dívidas da gestão do PT, parceladas em 30 meses, mediante o acordo assinado com a Associação Mineira dos Municípios e o Tribunal de Justiça do Estado?”.

Pergunta do deputado João Leite: “Segundo o governador Romeu Zema, a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, é a principal receita do Estado. A principal receita do Estado no próximo mês deverá cair próximo de 70% como resultado do isolamento social imposto no enfrentamento ao coronavírus. Com essa expectativa tenebrosa, a dependência de se fazer uma ótima negociação com bancos oficiais para a compra antecipada do lucro da exploração do nióbio ganhou uma relevância ainda maior. Na sua apresentação, o senhor afirmou que o atual cenário econômico-financeiro afetará essas negociações iniciadas no final de 2019. Outras riquezas minerais estão sendo negociadas em curto e médio prazos?”.

Agora a pergunta da deputada Laura Serrano: “Há previsão de alguma redução de gastos pelo Estado decorrente, por exemplo, do uso de novas tecnologias e do teletrabalho? Qual a estimativa?”.

A pergunta da deputada Celise Laviola... Na verdade já foi feita, não vou repeti-la. A própria deputada já abriu mão de fazê-la porque já foi feita.

Temos então a última, que na verdade não é uma pergunta, é uma observação do deputado Noraldino Júnior: “O governo deve dar atenção nos cortes, os diferentes devem ser tratados como diferentes. Cortes em contratos relativos ao Previncêndio, guardas-parque, diárias, prejudicam os licenciamentos e a retomada da economia; prejudicam também o combate a incêndios florestais, invasões dos parques, crimes ambientais e atendimento às emergências”. Esta é uma observação do deputado Noraldino Júnior.

No mais, secretário, quero lhe desejar sucesso frente a esta crise jamais vista no mundo, torcendo para que possamos juntos superá-la e para que Minas possa continuar buscando ser aquilo que já foi no passado, e que por alguns anos deixou de ser: referência em gestão para todo País e – por que não? – para o mundo todo. Um abraço a todos e um abraço, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Gustavo Valadares, cumprimento em sua pessoa todos os membros do Bloco Sou Minas Gerais e agradeço sua importante participação no Colégio de Líderes. Ontem fizemos uma importante reunião na parte da manhã e o deputado Gustavo Valadares será o relator de amanhã dos cinco projetos que estão na pauta, além dos cinco decretos de calamidades das cidades que estarão na pauta também.

Vamos então passar a palavra ao secretário Gustavo Barbosa para os esclarecimentos.

O Sr. Gustavo Barbosa – Boa tarde, deputado Gustavo Valadares. Obrigado pelas perguntas, obrigado pela oportunidade de falar. Só queria fazer uma correção e peço desculpas ao deputado Sávio. Eu tinha entendido a questão da PM e na realidade o deputado falou Fiemg, e eu entendi de forma equivocada. Peço desculpas, deputado, por ter falado PM e na realidade o senhor havia falado Fiemg. A Fiemg está com a gente, ela tem discutido sua visão sobre a retomada; eles estão com a gente no comitê de Covid-19, que trata das questões financeiras e econômicas, e eles têm nos ajudado nisso. Eu peço desculpas, então, pelo entendimento equivocado por minha parte.

Voltando, então, ao deputado Gustavo Valadares, à pergunta do deputado Antonio Carlos Arantes, com relação a várias empresas que temos e que têm capacidade de desenvolver, produzir equipamentos de proteção, principalmente a questão da máscara, que foi colocada. Sobre a questão tributária, o Estado de Minas tem incentivado toda a produção de equipamentos que tratam de proteção individual. Hoje o tratamento é de buscar a isenção. Como falei, sempre em qualquer tratamento tributário é preciso uma aprovação, mas o Estado de Minas tem essa questão, fora as linhas de crédito que existem para incentivar o produtor e empresário mineiro, no sentido de fazer a produção dos equipamentos de prevenção, no caso, as máscaras.

A outra pergunta, agora do deputado Gustavo Mitre, se está garantida a continuidade dos pagamentos mensais dos municípios referentes à gestão passada – em parcelas em 30 meses – mediante acordo assinado com a MME. A gente está buscando honrar todos os compromissos. É claro que a gente vai ter uma dificuldade muito grande, mas hoje nossa intenção é honrar os compromissos. A gente viu a situação do caixa do Estado; há hoje uma preocupação muito grande em buscar alternativas de recursos e, mais uma vez, reforço a necessidade de aprovarmos no Senado Federal o PLP nº 149 que, de forma mais objetiva, direta, e rápida, fará chegar recurso para o Estado de Minas Gerais.

O deputado João Leite cita a questão da operação de nióbio, e o senhor está coberto de razão. A questão da dependência de se fazer uma ótima negociação com bancos oficiais para a compra antecipada do lucro negociação com bancos oficiais para a compra antecipada do lucro da exploração do nióbio ganhou uma relevância ainda maior, sem dúvida nenhuma. É isso que a gente tem buscado junto aos bancos públicos. O deputado faz uma pergunta: “De qual forma o atual cenário econômico afetará essas negociações iniciadas ao fim de 2019?”. Qualquer operação que se faça no mercado financeiro – seja no mercado de capitais, seja no mercado direto com os bancos – advém de uma negociação financeira em que há embutida uma taxa de juros. Essa taxa de juros hoje no Brasil e no mundo está extremamente volátil. O que isso quer dizer? Está muito estressada, está muito aguda. Então, qualquer negociação feita hoje corre hoje o risco de ser ruim para o Estado de Minas. Daí a gente buscar os bancos oficiais, porque a gente entende que, se formos fazer isso no mercado privado, seríamos penalizados em função da taxa de juros a ser cobrada, caso aparecesse algum comprador. No caso dos bancos oficiais, a gente entende que conseguiria uma negociação mais benéfica para o Estado de Minas Gerais.

“Outras riquezas minerais estão sendo negociadas em curto e médio prazos?”. O Estado até recebe royalties de exploração da mineração, mas o volume de recurso disso não chega nem perto do volume de recurso advindo da operação de nióbio, que é na casa de dezenas e centenas de milhões de reais. No caso do nióbio, a gente está falando de R\$5.000.000.000,00, R\$6.000.000.000,00. Então, hoje o Estado de Minas não possui nenhum ativo dessa magnitude que possa fazer frente às despesas do Estado.

Da deputada Laura Serrano, se há previsão de alguma redução de gastos pelo Estado decorrente, por exemplo, do uso de novas tecnologias e teletrabalho, e qual estimativa. A gente, sim, entende que haverá uma redução com relação a isso – redução de energia, água –, mas ainda não há estimativa, isso tudo é novo. Eu posso dizer que, por exemplo, no caso da Secretaria de Fazenda, mais de 92% dos servidores estão trabalhando em casa. Então, isso é uma coisa inédita, não existe parâmetro; a gente ainda terá que observar esse comportamento para conseguirmos colocar em dados essa informação que hoje não temos. Mas temos certeza de que, neste caso, nesse segmento de custeio, energia, água, certamente haverá uma redução.



O deputado Noraldino Júnior colocou a questão dos cortes. O corte nunca é interessante, eu concordo com o deputado Noraldino. Os cortes não são interessantes, mas são necessários. E fica obviamente... O contingenciamento é uma ferramenta que segura o orçamento, mas há alguma discricionariedade do gestor. Então, se o gestor entender que pode haver remanejamento de orçamento de um segmento para outro segmento, ele pode fazer isso dentro do seu limite contingenciado. O contingenciamento é inevitável, é inexorável, dada a questão da perda de receita. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Vamos ouvir agora o deputado André Quintão, líder do Bloco Democracia e Luta, para seus questionamentos.

O deputado André Quintão – Boa tarde, presidente Agostinho Patrus. Boa tarde, secretário Gustavo Barbosa. Queria cumprimentar as deputadas e os deputados, na pessoa do deputado Thiago Cota, e já nesse início agradecer a colaboração, a contribuição permanente de todas as deputadas e deputados do Bloco Democracia e Luta que apresentaram vários questionamentos: deputada Ana Paula, deputada Andréia de Jesus, deputado Celinho Sintrocel, deputado Elismar Prado, deputado Gustavo Santana, deputado Léo Portela, deputada Beatriz Cerqueira, deputado Betão, deputado Cristiano Silveira, deputado Doutor Jean, deputada Leninha, deputado Marquinho Lemos, deputada Marília Campos, deputado Ulysses Gomes e deputado Virgílio Guimarães.

Bem, eu vou voltar em algumas questões que o nosso bloco entendeu como prioritárias. Primeiro, em relação a essa reunião com o governo federal no dia 9 de abril. Queria que o secretário deixasse mais claro para nós o que efetivamente foi apresentado de demanda por Minas Gerais, e o que efetivamente foi ou está sendo atendido, porque, logo após aquela reunião, o governador saiu inclusive muito feliz, parecia que havia tido uma sinalização positiva de algo importante para Minas Gerais – o governador que tem defendido posições próximas às do presidente da República nessa pandemia. Então, gostaria de saber se algo efetivamente já foi atendido.

A segunda pergunta diz respeito novamente – é uma grande preocupação, tenho certeza de que é a do secretário e também de todos nós – a esse cenário do pagamento de abril dos servidores, do 13º salário, e ao agravamento da situação em maio, que o secretário foi muito enfático e disse que refletirá na questão dos servidores. Eu queria saber se vai haver alguma mudança de estratégia do governo no escalonamento, em data, em que segmento que recebe o salário, ou mesmo da impossibilidade de pagamento do próprio mês.

A terceira questão diz respeito aos incentivos fiscais aos regimes especiais. Numa pandemia como essa, há setores que sofrem mais, setores que sofrem um pouco menos, e há setores com uma capacidade de absorção dos efeitos da pandemia maior que outros, inclusive não incluídos em regimes especiais. Haverá uma revisão desses... Estou falando não só em curto prazo, mas no médio prazo. Nós vamos discutir os R\$6.000.000.000,00 que o Estado deixa de receber à luz dos reflexos da pandemia ou essa renúncia fiscal estará congelada, imexível?

Uma outra questão é se existe previsão para o Estado de algum outro precatório, algum crédito a receber no cenário, sendo que esse último foi o que salvou parcela do pagamento dos servidores. Negociação com a Vale: já faz um ano e três, quatro meses que a Vale cometeu uma tragédia criminosa, matou 272 pessoas, 11 corpos ainda não encontrados, e deixou prejuízo de bilhões para o Estado. É possível agilizar esse processo, para que esses bilhões que a Vale apresente a Minas Gerais auxiliem o Estado também a enfrentar os efeitos dessa crise, dessa pandemia?

Outra pergunta diz respeito a se há um estudo do comportamento dos recursos relacionados ao Fundo de Erradicação da Miséria, alíquota adicional, porque me parece pela exposição do secretário que a arrecadação de bebida diminuiu, mas a de cigarro aumentou. Nesse balanço o FEM vai perder também recursos substantivos? Lembrando que a Assembleia autorizou por meio de uma lei sancionada recentemente, no projeto, que recursos do FEM fossem utilizados para combater os efeitos da pandemia no campo social, por exemplo, ampliando o universo de crianças e adolescentes atendidos com o bolsa-merenda.

Uma outra questão que o secretário abordou e até vou dar minha opinião. Nesses critérios, ninguém gosta de contingenciar; agora nos critérios de contingenciamento, não seria mais adequado uma orientação política de governo para que também esses segmentos mais afetados pela pandemia pudessem ser mais acolhidos? No caso, os programas de prevenção social da criminalidade, por exemplo, foram alvos de corte pela área respectiva.

E a última questão, presidente, para ficar no tempo concedido, diz respeito a uma questão política. Talvez o secretário possa comentar, mas é uma pergunta que talvez tenha que ser feita ao governador de Minas. Ficou claro, na exposição do secretário, que a questão federativa é fundamental, seja a tributação sobre produtos exportados, seja nesse PLC nº 149, que dá margem para compensação de ICMS e ISS também para os estados e municípios. Eu concordo com o deputado Sávio; o governador de Minas não se uniu, não se aliou aos demais governadores que enfrentam o debate federativo para cobrar mais do governo federal, inclusive respeito do governo Bolsonaro à democracia e ao próprio Congresso. Porque, ao enfraquecer o Congresso, o presidente também enfraquece a ação política que pode auxiliar prefeitos e governadores. Então, em que pese o esforço do secretário, técnico, mas a voz de Minas não se ergueu junto aos demais governadores. Então, queria deixar isso claro.

Uma última pergunta. Nós ficamos sabendo, por meio do presidente da Fiemg, e depois por manifestação do governador, dessa estratégia de flexibilização, liberando alguns ramos e ondas econômicas. Eu queria saber qual é a participação e a opinião da Secretaria da Fazenda – a da Fiemg nós já ouvimos nas redes sociais. Mas eu queria ouvir do governo em relação a essa flexibilização econômica.

No mais, quero parabenizá-lo pela presença na Assembleia, nessa importante reunião. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado André Quintão, cumprimentando a todas as deputadas e os deputados que são integrantes do Bloco Democracia e Luta. Também agradecendo a V. Exa. pela contribuição na definição, junto com o Colégio de Líderes, dos projetos que trataremos no dia de amanhã. São eles: o Projeto de Resolução nº 87, do deputado Cleitinho, a respeito da calamidade pública no Município de Divinópolis; o Projeto de Resolução nº 88, do deputado Heli Grilo, também de calamidade pública no Município de Uberaba; o Projeto de Resolução nº 89, do deputado do Glaycon Franco, que trata sobre calamidade pública no Município de Conselheiro Lafaiete; o Projeto de Resolução nº 90, do deputado Mauro Tramonte, que reconhece o estado de calamidade pública no Município de Sabará; o último, Projeto de Resolução nº 91, do deputado Elismar Prado, que reconhece o estado de calamidade pública no Município de Patrocínio.

Além disso, votaremos o Projeto de Lei nº 18/2019, do deputado João Leite; o Projeto de Lei nº 517/2019, do deputado Coronel Henrique; o Projeto de Lei nº 1.757/2020, da deputada Ione Pinheiro; o Projeto de Lei nº 1.825/2020, do deputado Duarte Bechir; e o Projeto de Lei nº 1.330/2020, do deputado Alencar da Silveira Jr. São esses os projetos constantes na pauta. Serão 10 projetos a serem apreciados no dia de amanhã e já estamos elaborando com o Colégio de Líderes a pauta para a próxima semana. São inúmeros projetos de contribuição dos parlamentares para que a Assembleia continue nesse esforço de dar respostas à sociedade num momento importante e tão complicado como esse.

Vamos ouvir, então, o secretário Gustavo Barbosa para os esclarecimentos ao deputado André Quintão e ao Bloco Democracia e Luta.

O Sr. Gustavo Barbosa – Boa tarde, deputado André Quintão. Sempre é um prazer falar com o senhor, obrigado pela possibilidade de interação.

Com relação à reunião com o presidente, na realidade o que a gente identificou ali e o que foi discutido, foi um incentivo à conversa com os bancos públicos. O ministro Paulo Guedes estava lá. A gente se posicionou com relação à necessidade de recomposição do ICMS, o governador explicou ao presidente da República que a recomposição do FPE não atendia o Estado de Minas Gerais e o um presidente da República orientou para que o ministro Paulo Guedes conversasse e orientasse os presidentes dos bancos públicos para nos atender de forma o mais breve e rápida possível. O senhor perguntou o que efetivamente aconteceu. Nessa

reunião da semana passada aconteceu isso e desde lá nós temos tratativas. Na segunda-feira, eu conversei com o vice-presidente da Caixa Econômica Federal. Na sexta-feira da semana anterior, eu conversei com o diretor do BNDS e com o vice-presidente do Banco do Brasil, e ha essa a interação. Mas isso não acontece da noite para o dia, por isso que eu insisto que a questão do PLP nº 149 é extremamente importante para o Estado de Minas Gerais.

Sobre o pagamento de abril dos servidores, 13º salário, mudança de estratégia de pagamento, infelizmente, deputado, há uma situação de deficiência financeira aguda. Nós entendemos que conseguiremos pagar até semana que vem o resto do pagamento dos servidores – nós só pagamos R\$2.000,00 para os servidores que não são da segurança e da saúde –, em função desses acontecimentos, principalmente a questão do precatório recebido, que facilitou e nos ajudou no pagamento dessa primeira parte – os R\$2.000,00 –, e com isso vai liberar recurso para, mais lá na frente, a gente conseguir pagar a segunda parte dos servidores. Então, em termos de mudança de estratégia a gente está buscando novas arrecadações, mas agora a gente não tem nenhuma perspectiva. Respondendo o que o senhor perguntou, se há uma questão de um novo precatório: não, não há neste momento no radar nenhuma situação atípica de receita extraordinária que poderia minimizar essa situação de deficiência aguda do Estado.

Com relação aos incentivos fiscais, a gente já debateu isso aqui na Assembleia, inclusive. Primeiro, sobre a discussão da pandemia, entendemos que Minas foi extremamente comedida na concessão dos incentivos. A relação de incentivo fiscal sobre a receita corrente líquida é a 3ª menor do País; enquanto o Amazonas tem 70%, Goiás, 50% da sua receita corrente líquida em incentivos fiscais, o Estado de Minas possui menos de 10%. Então, a gente entende que não houve nenhum exagero por parte do Estado de Minas Gerais nas concessões de novos incentivos fiscais. Lembrando que novos incentivos fiscais e rediscussões de incentivos fiscais acontecem de forma corriqueira, de forma corrente. Sempre estamos discutindo, reavaliando isso, no curto, no médio e no longo prazos; mesmo no contexto de coronavírus estamos avaliando, sim, aquilo que é de interesse para o Estado de Minas Gerais. Mas volto a falar que o Estado de Minas Gerais não é perdulário com relação à sua questão de incentivos fiscais. Na realidade ele é bem comedido, diferentemente de outros estados que utilizam isso de uma forma bem mais profunda.

O senhor perguntou sobre a negociação com a Vale, essa negociação acontece de forma sistemática. No mínimo duas vezes por semana o secretário Otto, a subsecretária Luíza conversam com o pessoal da Vale. Eu não teria muita profundidade, a Fazenda não está participando da negociação, mas eu concordo com o senhor, acho importante buscar o entendimento o mais breve possível. Tenho certeza de que isso está na cabeça do secretário Otto, da subsecretária Luíza; o objetivo é trazer o mais rápido possível recursos para o Estado de Minas Gerais, lembrando que esses recursos certamente ajudarão. É importante colocar que esses recursos não transitarão primeiro no caixa do Estado, nem poderão transitar. Serão tratados de forma separada, de acordo com as determinações desse entendimento entre as partes.

O comportamento da arrecadação do FEM, o senhor tem razão. A questão do fumo, por exemplo, foi colocado que houve uma melhora de arrecadação. Eu não tenho o dado aqui, mas me comprometo a mandar para o senhor como foi o comportamento. O senhor colocou a questão da ampliação de bolsa para a alimentação das crianças. A gente tem feito um trabalho junto à Secretaria de Desenvolvimento Social, que tem atendido várias ações, mas podemos novamente rediscutir sem problema nenhum; a gente rediscute a todo momento essa questão.

Sobre o contingenciamento, o senhor citou especificamente a questão da previsão de criminalidade. Como eu coloquei aqui, o contingenciamento é para a pasta. A pasta administra essa questão. O gestor do recurso é o secretário da Sejusp, ele é o responsável pela gestão daquele recurso que foi contingenciado, mas a gente está buscando alternativas para que isso ocorra. É importante dizer que todas as áreas ao nosso ver – pelo menos a grande maioria delas – são importantes; toda área é importante, pelo menos a grande maioria é importante. Então, a partir do momento que a gente faz o contingenciamento... Insisto, ele não é uma vontade, ele é uma imposição em função da arrecadação. A gente tem que fazer escolhas, então o contingenciamento é isso: escolhas que são feitas em função de uma limitação orçamentária. Não se cria dinheiro, não se emite títulos, não se emite dinheiro, nós não

possuímos essa capacidade. Então, nós temos que trabalhar com recursos de que somos repassadores. Eu já coloquei isso aqui uma vez e vou colocar novamente: o Estado não cria dinheiro, ele não produz dinheiro, ele remaneja, ele recebe recurso e distribui. Então, a gente tem que fazer isso de acordo com a arrecadação que chega para o Estado.

Vou discordar do senhor novamente, como discordei do deputado Sávio, em que o senhor não está enxergando ação do governador com relação à aprovação do PLP nº 149. Eu já coloquei aqui algumas vezes, e volto a falar que o governador tem sido ativo nesse processo; não só ele como seus secretários têm sido ativos nesse processo de buscar uma aprovação o mais breve possível com relação ao PLP nº 149.

A questão da flexibilização das ondas econômicas, vamos deixar claro que eu não vou entrar no mérito político porque não é minha praia, eu prefiro não entrar. Mas com relação à flexibilização da onda econômica, o Estado está fazendo todos os estudos para que não haja nenhum tipo de risco à saúde da sociedade mineira. É importante qualquer tipo de flexibilização estar pautada em estudos técnicos. Então, não haverá flexibilização que colocará em risco a saúde da sociedade mineira. Mais tarde, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico junto com as secretarias de Saúde e Planejamento e a própria Fazenda podemos fazer uma discussão específica disso, porque acho que ela é maior agora, seria um prazo pequeno para se discutir. Mas é uma pauta, acho que o interessante da discussão é como se dará esse processo de reentrada da economia, sempre respeitando a saúde da sociedade mineira. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Vamos agora passar a palavra ao deputado Inácio Franco, líder da Maioria nessa Casa, para seus questionamentos.

O deputado Inácio Franco – Boa tarde, presidente Agostinho. Boa tarde, secretário de Estado, Barbosa. Praticamente os questionamentos que havíamos preparado já foram respondidos. A gente vê muita tristeza nessa situação que estamos vivenciando no Estado.

Hoje temos aí uma pandemia na área da saúde e uma também na área econômica. É o que estamos vendo. Realmente é uma coisa muito séria. Vemos a preocupação e a intenção do governo Zema, com muita propriedade, desde o início, de querer colocar os salários em dia e resolver a situação econômica do Estado. Infelizmente, fomos surpreendidos com essa pandemia. Sabemos que o Estado não tem a mínima condição de emitir moeda. O Estado não faz isso; tem títulos.

Votamos no ano passado a autorização para venda de alguns ativos. Um exemplo é o nióbio. Agora nem é hora de colocá-lo a venda, pois não há nem comprador. Acho que já deveríamos ter uma solução, pelo menos um estudo pensando que essa pandemia pode demorar mais três, quatro meses. Estamos vendo empresas em situação muito difícil, fechando. Há uma linha de crédito do BDMG, mas não vai resolver. Há algumas empresas que não têm nem como tirar recursos naquela instituição, pois falta documentação e uma série de coisas. Mas já deveríamos ter um estudo. Se essa pandemia demorar três, quatro meses, como será? Como ficarão os repasses para os municípios? Se Estado deixar de repassar os recursos para os municípios, como será? Eles já estão vivenciando uma situação muito complicada. Já não têm recursos. Estão gastando muito dinheiro na área da saúde.

Folha de pagamento. A pessoa vai ficar sem receber? Vai-se pagar o salário de abril agora no final do mês. Persistindo essa situação, maio, junho e julho como serão?

Estamos vendo uma outra situação muito complicada: as estradas. Olhe, secretário, temos um patrimônio muito grande na área rodoviária. Estamos vendo isso se deteriorar por falta de manutenção, que é coisa básica. Isso não representa muito custo. Com esse problema na saúde, entendemos que, neste momento, nem seria hora de se falar nisso. Mas quero desejar sucesso ao senhor para que o Estado possa sair dessa situação.

Como falei, as perguntas que foram colocadas já foram praticamente todas respondidas. Desejo-lhe sucesso e, mais uma vez, parabéns ao nosso presidente Agostinho. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Inácio Franco. Parabêniso V. Exa. também pelo brilhante trabalho nesta Casa, já no seu quarto mandato. Vamos ouvir agora o secretário Gustavo Barbosa.

O Sr. Gustavo Barbosa – Deputado Inácio, muito obrigado. Boa tarde para o senhor. Muito obrigado pela participação e agradeço o desejo de sucesso.

O que o senhor colocou eu endosso. A primeira questão, do estudo: na realidade, vimos tentando entender a pandemia. Não existiu nada até hoje como isso, pelo menos no século XX. Nós estamos estudando e vendo se o que aconteceu em 1929 se parece com o que está acontecendo. Não dá para fazer essa comparação. O que aconteceu em 2008, aquela crise de 2008, não chega perto do que está acontecendo. Então, não temos fundamentos teóricos. Estamos aprendendo tudo é na prática mesmo com relação ao que está acontecendo.

Para o senhor ter uma ideia, quando fizemos a Lei Orçamentária, no ano passado, no final de setembro, trazida aqui à Casa Legislativa, estávamos prevendo para este ano um crescimento de 2,5%. Quando começou a crise econômica relativa à pandemia, começamos a pensar: em vez de 2,5% de crescimento, vai ser zero. Na mesma semana, já subimos para 2%; na outra semana, já houve um estudo da Fundação Getúlio Vargas de 4,4%. Hoje já temos o FMI e o Banco Mundial falando em 5,5%.

Então, infelizmente, é uma situação em que estamos aprendendo. Pelo menos desconheço quem saiba quanto tempo vai durar. Não é uma peculiaridade do Estado de Minas Gerais, não é uma peculiaridade brasileira. Não há hoje uma pessoa que saiba, com técnica e consistência, o tempo de duração. E esse tempo é o que define todo o impacto econômico. Não é nem o tamanho da profundidade, mas, sim, o tempo disso. É isso que define, e ainda não temos esse período colocado.

Então, realmente, concordo com o senhor. É muito difícil. O que posso lhe falar e para todos os deputados é que temos trabalhado incessantemente nesse processo e tentado descobrir quais os reflexos na economia de Minas, mas ainda temos pouco conhecimento para falar se vai ser isso ou se vai ser aquilo e determinar um caminho. Infelizmente, não conseguimos. Buscamos informações em todos os lugares, mas até agora não conseguimos.

Com relação às questões que o senhor colocou, como repasse aos municípios, salários de servidores, deterioração das estradas, esse patrimônio mineiro, enfim, isso tudo, como falei mais cedo, são escolhas. O Estado tem limitações de recursos. Ele não cria; distribui recursos. Então, tudo que ele distribui depende de uma arrecadação que está em queda, e em queda grave.

Agradeço, mais uma vez, pelo desejo de sucesso. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, líder da Minoria, para o seu questionamento.

O deputado Ulysses Gomes – Presidente Agostinho Patrus, quero cumprimentá-lo mais uma vez e parabenizá-lo por este belíssimo trabalho que vem sendo feito de enfrentamento à pandemia que vivemos, assim como estender os cumprimentos a todos os deputados e a todas as deputadas que o acompanham aí, na Assembleia, e de forma on-line. Um abraço a cada um e a cada uma.

Cumprimento o secretário de Estado de Fazenda, Gustavo Barbosa, e agradeço-lhe a disposição de participação nesse diálogo neste importante momento.

Quero registrar, presidente, as inúmeras perguntas e contribuições de todo o nosso Bloco Democracia e Luta, nas pessoas das nossas deputadas e dos nossos deputados: deputada Ana Paula Siqueira, deputada Beatriz Cerqueira, nosso líder André Quintão, deputada Andréia de Jesus, deputado companheiro Betão, deputado Celinho Sintrocel, deputado Cristiano Silveira, assim como também o deputado Elismar Prado, a querida deputada Leninha, a companheira deputada Marília Campos, o deputado Marquinho Lemos, o deputado Gustavo Santana, o deputado Léo Portela e o combativo deputado Virgílio Guimarães. Todos eles, secretário, temos a oportunidade de representar neste momento e tentar compilar aqui muitos dos questionamentos que V. Exa. já respondeu

indiretamente, alguns que, infelizmente, não dará tempo e nós faremos em forma de requerimento ao final, pedindo a sua atenção no sentido de encaminhar as respostas a eles.

Da mesma forma, secretário, o primeiro pedido seria para que V. Exa. disponibilizasse, de forma oficial, esses dados que compartilhou no início de sua apresentação e que são dados importantes. A gente tem alguns, via Portal da Transparência, mas outros irão nos ajudar a contribuir melhor com este debate; então, pediria a V. Exa., assim como aos demais secretários que por aqui passaram, que, se puderem disponibilizar formalmente esses dados, muito irão nos ajudar. Digo isso em nome de todos os deputados e deputadas.

Secretário, o governador Romeu Zema, no dia 6 de abril, declarou, em razão da queda de arrecadação ocasionada pela pandemia, que ainda não era possível anunciar a escala de pagamento de todos os servidores, tema este que foi aqui relatado por vários deputados que me antecederam. Na oportunidade, o governador pediu desculpas e disse que, por ora, não havia como prever quando os pagamentos estariam disponíveis e uma programação. Diante de todas as perguntas que V. Exa. recebeu aqui e respondeu, quero registrar, mais uma vez, a importância, secretário, de as famílias, os servidores terem um mínimo de programação, um mínimo de previsão desses pagamentos. E, nesse sentido, secretário, quando a gente fala da queda de arrecadação, V. Exa. afirmou em entrevista no último dia 16 de abril – e eu quero aqui fazer a leitura de um requerimento posteriormente –, mas dentro desta audiência, até mesmo no início da apresentação de V. Exa. hoje, o senhor disse: “Não iremos virar abril no vermelho”. Queria que o senhor explicitasse isso melhor. Como eu não tenho todos os dados que V. Exa. compartilhou aqui, essa frase soou um pouco destoante da realidade. Se eu estiver fora do contexto, peço que o senhor possa nos contextualizar diante desse cenário do vermelho.

Mas, da mesma forma, eu não quero imaginar que seja um confisco aos servidores da saúde ou da educação, no sentido dos investimentos da saúde. Eu quero aqui compartilhar com V. Exa. dados que nós retiramos do portal do próprio governo. Poderia, nesse sentido, fazer essa comparação da função saúde, secretário. Nós fizemos a comparação do período de janeiro deste ano a 20 de abril com o mesmo período do ano passado. Em 2020, foi investido o valor de R\$1.060.000.000,00, ou seja, 6,7% da despesa total da função. No mesmo período de 2019, ou seja, no ano passado, foi investido o valor de R\$1.260.000.000,00, ou seja, 7,4% da despesa dessa função, isto é, no mesmo período, R\$200.000.000,00 de investimento a menos já previsto no orçamento. Na área da educação, a mesma comparação revela o investimento de R\$1.800.000.000,00 neste ano e, no ano passado, de R\$2.200.000.000,00, levando essa comparação a menos R\$400.000.000,00. Em uma rápida soma, nós estamos falando que, nessas duas áreas, na mesma função, no mesmo período, há um investimento menor da ordem de R\$600.000.000,00. No entanto, vimos também que a despesa da área de segurança pública foi idêntica, exatos R\$3.640.000.000,00 nos dois anos, no mesmo período, representando ambas 16% da despesa total. Mesmo neste momento de crise, secretário, na área da saúde e de crise total na renda das famílias, a pergunta é, na verdade, se o governo vai insistir nessa política. Apesar de toda a dificuldade que a gente reconhece, não há como priorizar o pagamento total da área da saúde, secretário, para que a gente não tenha essas famílias com essa deficiência nos seus salários?

No que diz respeito, secretário, ao momento político em que vivemos – somos todos nós aqui conhecedores da carta que 20 governadores assinaram na última nota de repúdio às odiosas declarações do presidente contra as instituições democráticas –, quem conhece a história de Minas e se orgulha dela sabe da importância da voz de Minas no papel dos políticos mineiros na construção e na defesa das instituições democráticas do nosso país. É ensurdecedor o silêncio do nosso governador Zema neste momento de crise política, econômica e social em que vivemos, e isso muito nos constrange como políticos mineiros. O Zema se esconde, o nosso governador se esconde neste momento difícil atrás de uma cômoda justificativa de prezar pelo bom relacionamento – como ele diz – entre os Poderes.

Eu queria tentar encerrar nesse sentido, dizendo... Na verdade, quero comparar. O mesmo período que eu estou comparando, comparo com o governo federal, que, no ano passado, passou R\$2.000.200.000.000,00(?) e, neste ano, no mesmo período, passou menos R\$254.000.000,00 para Minas Gerais. Que boa relação é essa, secretário? Qual é o recurso que Minas teve de



vantagem com essa boa relação que o governador insiste em dizer que quer ter com os poderes, seja com o governo federal, seja com os Poderes constituídos em Minas Gerais?

Preocupa-me a fala constante do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Nelson Missias, preocupado com os repasses constitucionais aos Poderes de Minas Gerais, que também têm suas previsões orçamentárias. Isso vai prevalecer? Nós temos essa garantia com relação a essa boa relação que o governador Zema se propõe a ter com os poderes, seja ele com o governo federal, e qual é o resultado disso? E qual impacto se tem ou se prevê com os Poderes constituídos em Minas Gerais, secretário?

E, por fim, presidente, com a compreensão de V. Exa., queria apenas registrar um requerimento protocolado pelo 2º vice-presidente da Casa, deputado Cristiano Silveira; é um dado importante que ele traz, secretário. V. Exa. receberá de maneira formal, mas eu queria registrar porque talvez V. Exa. possa esclarecer a totalidade ou parte deste requerimento, em que ele pede esclarecimentos sobre a declaração dada por V. Exa. no último dia 16, em entrevista: “Minas Gerais havia perdido, naquele momento, 36% de arrecadação do ICMS referente ao mês de abril. Isso porque, segundo informações adquiridas nos sites da transparência, até o dia 15 de abril, foram arrecadados 58% da meta do ICMS para o mês, o que projeta o total de arrecadação para mais de R\$4.500.000.000,00 em abril, atingindo a meta prevista antes da crise. Comparativamente, em 14 de abril de 2019, haviam sido arrecadados 68% da meta mensal, isto é, uma diferença apenas de 10% em relação ao mesmo período deste ano. Não obstante, a arrecadação tributária do Estado no mês de março foi 3,3% superior à de março de 2019 – isso relativo a março –, e, no acúmulo dos três primeiros meses de 2020, houve um aumento real da receita em relação a 2019”. Encerro, como ele diz aqui, “questionando V. Exa. se é verdadeira a afirmação que o Estado de Minas Gerais perderá 36% de arrecadação de ICMS no mês de abril, e, sendo correta, quais dados embasam essa projeção”.

Então, fica aqui a nossa análise, além de alguns questionamentos. Os demais faremos formalmente por requerimento a V. Exa. Mais uma vez, muito obrigado e registro a importância, novamente, secretário, de V. Exa. compartilhar oficialmente esses dados aqui apresentados. Muito obrigado mais uma vez.

O presidente – Muito obrigado, deputado Ulysses Gomes, cumprimentando V. Exa. também pelo brilhante trabalho nesta Casa. Vamos passar a palavra ao secretário para os esclarecimentos.

O Sr. Gustavo Barbosa – Boa tarde, deputado Ulysses Gomes. Obrigado pelas perguntas. Não há problema nenhum em disponibilizar os dados; a gente pode disponibilizá-los, remetê-los. Entendi que o senhor vai fazer um requerimento para eu mandá-los. A gente remeterá, sem problema algum, todos os dados.

Foi colocada aqui a minha afirmação de que não iremos virar abril no vermelho. Deputado, quando a gente conversa aqui, a gente está falando de um contexto. O Estado é devedor de R\$20.000.000.000,00, é devedor de 13º salário, é devedor de recomposição de depósito judicial, é devedor em todos os sentidos. Agora, alguns pagamentos estão sendo feitos de forma a dar uma manutenção mínima ao Estado. Quando eu falei que não iremos virar abril no vermelho, o senhor deve estar lembrado que anteriormente, ao falar isso, considerei algumas situações que aconteceram em abril, como o pagamento de precatórios – a gente recebeu R\$781.000.000,00 de precatórios. A negociação com o próprio Tribunal de Justiça de Minas Gerais relativa a reduzir o volume de repasse de precatórios de R\$90.000.000,00 para R\$15.000.000,00, deu fluxo positivo para o Estado de R\$75.000.000,00; o não pagamento de Pasep, que nos incrementa em R\$50.000.000,00, reduz uma despesa de caixa em R\$50.000.000,00; e o recebimento de recomposição de FPE de R\$26.000.000,00. Isso fez com que nós não virássemos no vermelho. Pelas nossas projeções, até o fim do mês, não viraremos no vermelho. Quando a gente trabalha com conta pública, é importante entender o contexto e sempre saber como funciona receita e despesa – isso é muito importante. Então, a afirmação tem esse contexto.

Com relação à execução orçamentária, mais uma vez é importante entendermos. A execução orçamentária certamente acarretará um aumento de despesa na saúde. Se ela não ocorreu até agora é porque a execução ainda está acontecendo. Vou reafirmar

aqui: não há contingenciamento por parte do Estado com relação à despesa de saúde. O Estado tem todo recurso que for... Todo o recurso será direcionado para as despesas com saúde, tudo o que for necessário. Não há contingenciamento.

Com relação à segurança e à educação... Na educação há contingenciamento, mas cumprimos o índice da educação, o índice constitucional, iremos contribuir; e na segurança há contingenciamento, sim. Estamos, sim, contingenciando parte dos recursos, como inclusive já foi abordado aqui. Se não me engano, o deputado André Quintão colocou a questão dos recursos que estão sendo contingenciados, no caso especificamente de prevenção de novos crimes. Quer dizer, o contingenciamento existe, sim. Então, é sempre importante avaliar o contexto, avaliar pontualmente. O tempo ainda não decorreu o suficiente para fazermos uma análise. É importante a gente entender que não é assim que funciona a questão das contas públicas. Há ainda a questão do momento político, o fato de os governadores assinarem a carta. Eu não vou fazer uma análise política; não cabe a mim qualquer tipo de análise política.

Com relação aos recursos da União, o Estado tem recebido de acordo com o que a lei determina. O governador tem negociado com a União, mas não existe a possibilidade de se passar qualquer recurso ao Estado de Minas Gerais que não seja aprovado por uma lei federal, não há outra hipótese. A União não pode depositar recurso do Tesouro da União na conta do Tesouro do Estado; isso não existe, a não ser que seja aprovada uma lei.

Com relação aos bancos públicos, a gente está buscando o entendimento econômico-financeiro. Simplesmente eles não podem emprestar sem que haja algum tipo de estudo econômico-financeiro – é assim que funciona. Não existe outra forma de as coisas acontecerem. Então, infelizmente não é no tempo que desejamos, mas é no tempo que existe, não há outra forma. Eu desconheço outra forma de se passar recurso para o Estado que não seja por meio de lei federal ou por uma negociação com os bancos públicos. Não conheço outra forma. Fundo a fundo, quer dizer, sempre com uma lei federal amparando esse processo.

Com relação ao esclarecimento sobre arrecadação, não há problema algum. O senhor deve ter visto que, no início da minha fala, eu disse que chegamos, na quinta-feira, a ter 36% de perda de arrecadação, e agora já estamos com menos de 30%, em torno de 28%. E é dinâmico, a arrecadação funciona dessa forma. O senhor colocou a questão de que nós atingimos a meta. Sim, e eu afirmei isso na minha entrevista na quinta-feira passada; eu disse que o Estado até março estava indo de forma excepcional na arrecadação. Nós havíamos melhorado de forma real a arrecadação do Estado, tanto é que não estava previsto o pagamento de 13º salário de outras categorias – foi pago o da segurança –, e a gente conseguiu pagar o valor de quase R\$700.000.000,00 de 13º salário não previsto. Mais uma vez, reforço que as contas públicas sempre devem ser analisadas incluindo-se receita, despesa e o contexto em que elas se apresentam.

Então, é importante colocar que o Estado não tem nada a esconder, não há nada do que se fala publicamente que não esteja anunciado. Se quiser uma informação específica, a gente coloca. A arrecadação, sim, estava excepcional até o meio de março, eu sempre falei isso, a gente estava atingindo as metas. Mas em abril já houve queda de arrecadação de forma significativa, o que ainda não reflete a piora grave que vai acontecer em maio. Em abril nós estamos recebendo a atividade econômica de março; a competência de março está sendo recebida em abril. Em março ainda houve atividade econômica até o segundo decêndio, e a partir do terceiro decêndio já tivemos uma atividade econômica aquém do esperado. Agora, em abril, teremos uma atividade econômica ainda mais deprimida, o que vai se refletir em maio. É por isso que a gente espera, infelizmente, que a arrecadação caia em torno de R\$1.150.000.000,00. São as projeções que existem e vêm se confirmando. E, para o mês de maio, a previsão é de uma perda de arrecadação de R\$2.200.000.000,00. Nós não temos problema algum em colocar esses dados à disposição. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Passaremos agora a palavra ao presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Thiago Cota, para as suas considerações finais. Em seguida, para o secretário, também para suas considerações finais, para o encerramento da nossa reunião.

Com a palavra, deputado Thiago Cota.

O deputado Thiago Cota – Presidente Agostinho, gostaria de agradecer a todos que nos acompanham pela TV Assembleia e pelas redes sociais.

Gostaria também de aproveitar este momento e, de forma muito breve, dizer, secretário Gustavo Barbosa, que eu estou no Parlamento há cinco anos, sou um dos mais jovens desta Casa, busco colaborar e tenho aprendido muito. Quando cheguei a esta Casa, no meu primeiro ano de mandato – eu, que venho de Mariana –, pude vivenciar no nosso município uma calamidade, uma tragédia; e, após a calamidade e a tragédia, o que nós presenciamos no dia a dia é essa crise que parece sem fim. Lá em Mariana, com o rompimento da barragem... A gente fala muito hoje do rompimento da barragem de Brumadinho, e parece que nos esquecemos um pouco do rompimento da barragem de Mariana, que foi anos antes. Como consequência daquele rompimento, nós tivemos uma crise muito forte no nosso município.

Sempre acreditei que o povo mineiro – e não é diferente o povo da nossa cidade – é um povo resiliente e trabalhador, que enfrenta as dificuldades com muito altruísmo. Mas chega um momento em que a palavra "crise" vai cansando o cidadão, porque parece que essa palavra, essa denominação não acaba. Passa ano, entra ano, os discursos sempre são sempre em torno da crise, e não vemos muito o apontamento do pós-crise.

No caso de Mariana, depois da barragem, vieram as chuvas. Lembro que, quando ocorreu o pós-rompimento, em nosso município, secretário Gustavo, todo mundo dialogava sobre uma diversificação da economia, e eu já vinha destoando um pouco desse discurso. Eu dizia: “Se nem o Estado de Minas Gerais consegue diversificar muito a sua economia, imagine um município de 60 mil habitantes”. Se nós temos aí, como pilar da economia mineira, há muitos e muitos anos, o agronegócio e o setor produtivo, em especial a mineração, na nossa cidade os nossos pilares são o turismo e a mineração. São esses dois pilares que geram emprego e renda. No caso da mineração, viemos padecendo de desemprego, de falta de oportunidades. Vejo o nosso empreendedor local, vejo o nosso cidadão marianense investindo nos últimos anos, buscando como alternativa o turismo. Através dessa nova crise, dessa nova pandemia que assolou a humanidade, também posso perceber, no dia a dia da minha cidade, que não é diferente do de todas as cidades mineiras, uma grave crise que atinge todos da economia, sobretudo o setor de turismo de eventos, porque, sem sombra dúvida, será o último setor a voltar a operar na sua normalidade. Por isso destaquei isso aqui, na minha pergunta, buscando um olhar especial do governo do Estado para aqueles que militam nessa área e que são muitos: são pousadas, são hotéis, são restaurantes, são cafeterias, são teatros. Sobretudo, o que eles representam é a história do nosso estado.

Agora queria dizer a você, Sr. Secretário Gustavo Barbosa, que, quando cheguei a esta Casa, cheguei com muita vontade, porque sempre acreditei que o Parlamento é a caixa de ressonância onde a gente escuta, onde a gente pode ouvir o cidadão, a nossa gente e, através disso, através dessa ferramenta, desta Casa, podemos também levar as demandas ao Executivo, que, efetivamente, concretiza e aponta os caminhos do amanhã para a nossa sociedade.

Por fim, gostaria de destacar algo muito importante. Através da ação direta e da liderança do nosso presidente Agostinho Patrus, criamos uma ferramenta que nos dá esse poder de fiscalização, sobretudo de buscarmos, através também do diálogo, apontar um caminho conjunto, com harmonia entre os Poderes, que é o Assembleia Fiscaliza. Por isso queria, presidente, parabenizá-lo. Mesmo nos momentos mais difíceis, mesmo nos momentos mais sombrios da nossa história, tenho certeza de que o legado que V. Exa. deixa para Minas Gerais, que é o nosso Assembleia Fiscaliza, ficará vivo, forte e trará resultados para a nossa gente.

O presidente – Muito obrigado deputado Thiago, por sua participação aqui e pelo trabalho que realiza nesta Casa.

Vamos ouvir agora as considerações finais do secretário Gustavo Barbosa.

O Sr. Gustavo Barbosa – Deputado Thiago Cota, queria agradecer-lhe a oportunidade. Senhores deputados, muito obrigado pela participação e paciência. Estou aqui com o dever de casa, com algumas questões que não consegui responder. Eu remeterei aos senhores as respostas. Sempre ficaremos à disposição de qualquer convocação ou convite. Enfim, a ideia é que sejamos sempre bastante transparentes.

Por último, quero agradecer ao presidente Agostinho a oportunidade e por ter criado este ambiente de discussão. Mesmo com todas as adversidades, o senhor criou este ambiente de discussão, que é fundamental para que a gente consiga sair juntos. Vejo que o senhor tem tido sempre essa postura de buscar o entendimento para sairmos juntos desse processo. Então, gostaria muito de agradecer ao senhor a oportunidade. Enfim, vamos torcer para que saíamos daqui de uma forma melhor do que estamos hoje. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário de Fazenda, Gustavo Barbosa. Agradeço a V. Exa. a gentileza de vir até esta Casa para essa troca importante de informações com os parlamentares e com um quórum tão significativo, neste momento. Quero agradecer-lhe muito os esclarecimentos, dizendo que esse é o dever desta Casa, ou seja, não só fiscalizar e legislar, mas também levar contribuições e participações para que o governo de Minas tenha sucesso na sua trajetória e essa pandemia seja enfrentada da melhor maneira possível; e que a mineira e o mineiro sofram o menos possível com uma crise que se aproxima no nosso estado e que causou tantos problemas por onde passou mundo afora.

Agradeço muito a participação dos 72 deputados estaduais

### Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 23, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* em 21/3/2020, reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 29 de abril de 2020, destinada a debater o programa Minas Consciente, apresentado pelo governo do Estado.

Palácio da Inconfidência, 28 de abril de 2020.

Agostinho Patrus, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER SOBRE OS OFÍCIOS NºS 49 A 104/2020

#### Mesa da Assembleia

#### Relatório

Por meio dos Ofícios nºs 49/2020 a 104/2020, os prefeitos dos Municípios de Abaeté, Alfenas, Almenara, Araguari, Arcos, Belo Horizonte, Bicas, Bom Despacho, Caeté, Cambuí, Cambuquira, Campo Belo, Campos Altos, Carmo da Cachoeira, Centralina, Conceição das Alagoas, Coromandel, Espinosa, Extrema, Goianá, Governador Valadares, Guaranésia, Ibirité, Itabira, Itaguara, Itajubá, Itanhandu, Itapeçerica, Jaboticatubas, João Monlevade, Lagoa Santa, Manhuaçu, Mário Campos, Matozinhos, Monte Azul, Montes Claros, Morro da Garça, Nanuque, Nazareno, Nova Serrana, Novo Cruzeiro, Pedro Leopoldo, Pirapetinga, Porto Firme, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Santana do Paraíso, Santos Dumont, São Francisco, São Gotardo, São João del-Rei, São José da Lapa, São Sebastião do Paraíso, Serra do Salitre, Teófilo Otoni e Viçosa submetem à apreciação da Assembleia, para fins do disposto no art. 65

da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, decretos que declaram estado calamidade pública nos respectivos municípios, em razão da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus.

Publicados no *Diário do Legislativo* em 28/4/2020, e aferido seu caráter urgente pelo Colégio de Líderes, nos termos do item 2.1 do Acordo de Líderes aprovado por Decisão da Mesa de 20/3/2020, vão os ofícios à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para sobre eles emitir parecer, o qual, nos termos do art. 194 do Regimento Interno, concluirá por projeto de resolução, em caso de reconhecimento do estado de calamidade pública.

### Fundamentação

Os prefeitos dos citados municípios submeteram à apreciação do Parlamento Mineiro decretos que declaram estado de calamidade pública nos respectivos municípios, em razão da pandemia de Covid-19, causada pelo Coronavírus.

Cabe esclarecer que a apreciação da Assembleia Legislativa está restrita à finalidade disposta no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Com o reconhecimento da situação de calamidade pública por parte desta Casa Legislativa, ficam suspensas as contagens dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23, 31 e 70 da LRF e são dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º da LRF. Nos termos do art. 65 da LRF, esses são os únicos efeitos que demandam o reconhecimento da ocorrência da situação de calamidade pública por parte da Assembleia Legislativa.

Diante do cenário instaurado em razão da infecção humana pelo coronavírus causador da Covid-19, declarado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS –, e do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, é necessário que sejam adotados, para o enfrentamento da pandemia, novos parâmetros relativos às finanças públicas, especialmente quanto aos gastos com ações de saúde. Os graves impactos de ordem social e econômica impõem aos municípios a adoção de medidas de caráter emergencial pelos gestores públicos, e os parâmetros para respaldá-las encontram-se dispostos no art. 65 da LRF.

O Decreto Federal nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, em seu art. 2º, inciso IV, conceitua calamidade pública como uma “situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido”.

Não restam dúvidas, em vista do panorama mundial, de que há razões suficientes para o reconhecimento da pandemia internacional de Covid-19 como uma situação anormal, passível de ser considerada como estado de calamidade pública.

O Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20/3/2020, já reconheceu em âmbito federal a situação da pandemia como calamidade pública.

O Estado de Minas Gerais foi afetado pela pandemia, com crescimento diário do número de infectados, e, por meio da Resolução nº 5.529, de 31 de março de 2020, esta Casa reconheceu a situação de calamidade na esfera estadual, ratificando a decretação pelo governador.

Saliente-se que o Ministério da Saúde já reconheceu a ocorrência da transmissão comunitária do coronavírus causador da Covid-19 em todo o território nacional, que possibilita um crescimento exponencial da doença.

Em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Saúde, em seu “Informe Epidemiológico Coronavírus” de 28/4/2020, registra 1.649 casos confirmados de Covid-19 e 71 óbitos causados pela doença até esta data, sendo a capital, Belo Horizonte, a cidade do Estado mais atingida, com 555 casos confirmados e 14 óbitos. As capitais dos Estados, em razão do número de habitantes e pela maior circulação e concentração de pessoas e atividades comerciais e industriais, são as mais afetadas pelos impactos sociais e econômicos causados pela pandemia.

Diante do cenário em que os citados municípios se encontram, tanto no aspecto de saúde pública como nos aspectos econômico e social, parece-nos indispensável o reconhecimento do estado de calamidade pública. O reconhecimento por parte desta Casa permitirá aos municípios alocar maior volume de recursos para o enfrentamento da crise.

Vale lembrar que, de acordo com o art. 65 da LRF, enquanto perdurar a situação de calamidade, serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições referentes à recondução: a) da despesa total com pessoal aos limites percentuais da RCL estabelecida na LRF para cada Poder ou órgão (arts. 23 e 70); b) da dívida consolidada aos seus limites (art. 31). Além disso, o município será dispensado do atingimento dos resultados fiscais e da limitação de empenho prevista no art. 9º da LRF.

Sob o ponto de vista formal, o reconhecimento do estado de calamidade pela Assembleia Legislativa é matéria que deve se dar por meio da aprovação de projeto de resolução, uma vez que essa é a proposição destinada a regular matéria de competência privativa da Assembleia legislativa, conforme dispõe o art. 194 do Regimento Interno desta Casa.

Por fim, tendo em vista o princípio da eficiência, da economia e da celeridade processual e da urgência das ações que a situação demanda, apresentamos ao final do parecer projeto de resolução reconhecendo o estado de calamidade pública dos municípios citados no relatório, que, atingidos pelos efeitos nefastos da pandemia, declararam estado de calamidade pública em seu território.

### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pelo reconhecimento do estado de calamidade pública nos Municípios de Abaeté, Alfenas, Almenara, Araguari, Arcos, Belo Horizonte, Bicas, Bom Despacho, Caeté, Cambuí, Cambuquira, Campo Belo, Campos Altos, Carmo da Cachoeira, Centralina, Conceição das Alagoas, Coromandel, Espinosa, Extrema, Goianá, Governador Valadares, Guaranésia, Ibirité, Itabira, Itaguara, Itajubá, Itanhandu, Itapeçerica, Jaboticatubas, João Monlevade, Lagoa Santa, Manhuaçu, Mário Campos, Matozinhos, Monte Azul, Montes Claros, Morro da Garça, Nanuque, Nazareno, Nova Serrana, Novo Cruzeiro, Pedro Leopoldo, Pirapetinga, Porto Firme, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Santana do Paraíso, Santos Dumont, São Francisco, São Gotardo, São João del-Rei, São José da Lapa, São Sebastião do Paraíso, Serra do Salitre, Teófilo Otoni e Viçosa, por meio do projeto de resolução a seguir apresentado.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº .../2020

Reconhece o estado de calamidade pública nos municípios que menciona em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica reconhecido, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública nos seguintes municípios, em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus, pelo prazo de cento e vinte dias contados da data da entrada em vigor, em cada município, do estado de calamidade pública, nos termos do respectivo decreto municipal:

- I – Abaeté, nos termos do Decreto Municipal nº 65, de 7 de abril 2020;
- II – Alfenas, nos termos do Decreto Municipal nº 2.537, de 30 de março de 2020;
- III – Almenara, nos termos do Decreto Municipal nº 231, de 7 de abril de 2020;
- IV – Araguari, nos termos do Decreto Municipal nº 62, de 16 de abril de 2020;
- V – Arcos, nos termos do Decreto Municipal nº 5.552, de 30 de março de 2020;
- VI – Belo Horizonte, nos termos do Decreto Municipal nº 17.334, de 20 de abril de 2020;



- VII – Bicas, nos termos do Decreto Municipal nº 1.158, de 22 de abril de 2020;
- VIII – Bom Despacho, nos termos do Decreto Municipal nº 8.542, de 7 de abril de 2020;
- IX – Caeté, nos termos do Decreto Municipal nº 76, de 16 de abril de 2020;
- X – Cambuí, nos termos do Decreto Municipal nº 41, de 15 de abril de 2020;
- XI – Cambuquira, nos termos do Decreto Municipal nº 2.439, de 13 de abril de 2020;
- XII – Campo Belo, nos termos do Decreto Municipal nº 5.233, de 8 de abril de 2020;
- XIII – Campos Altos, nos termos do Decreto Municipal nº 532, de 3 de abril de 2020;
- XIV – Carmo da Cachoeira, nos termos do Decreto Municipal nº 8.431, de 3 de abril de 2020;
- XV – Centralina, nos termos do Decreto Municipal nº 17, de 14 de abril de 2020;
- XVI – Conceição das Alagoas, nos termos do Decreto Municipal nº 44, de 23 de abril de 2020;
- XVII – Coromandel, nos termos do Decreto Municipal nº 72, de 13 de abril de 2020;
- XVIII – Espinosa, nos termos do Decreto Municipal nº 65, de 13 de abril de 2020;
- XIX – Extrema, nos termos do Decreto Municipal nº 3.769, de 16 de abril de 2020;
- XX – Goianá, nos termos do Decreto Municipal nº 28, de 17 de março de 2020;
- XXI – Governador Valadares, nos termos do Decreto Municipal nº 11.140, de 16 de abril de 2020;
- XXII – Guaranésia, nos termos do Decreto Municipal nº 2.059, de 6 de abril de 2020;
- XXIII – Ibirité, nos termos do Decreto Municipal nº 6.410, de 16 de abril de 2020;
- XXIV – Itabira, nos termos do Decreto Municipal nº 3.226, de 7 de abril de 2020;
- XXV – Itaguara, nos termos do Decreto Municipal nº 1.632, de 1º de abril de 2020;
- XXVI – Itajubá, nos termos do Decreto Municipal nº 7.801, de 7 de abril de 2020;
- XXVII – Itanhandu, nos termos do Decreto Municipal nº 4.633, de 9 de abril de 2020;
- XXVIII – Itapeçerica, nos termos do Decreto Municipal nº 44, de 22 de abril de 2020;
- XXIX – Jaboticatubas, nos termos do Decreto Municipal nº 3.707, de 14 de abril de 2020;
- XXX – João Monlevade, nos termos do Decreto Municipal nº 39, de 8 de abril de 2020;
- XXXI – Lagoa Santa, nos termos do Decreto Municipal nº 3.985, de 27 de março de 2020;
- XXXII – Manhuaçu, nos termos do Decreto Municipal nº 379, de 28 de março de 2020, com as alterações promovidas pelo Decreto Municipal nº 383, de 8 de abril de 2020;
- XXXIII – Mário Campos, nos termos do Decreto Municipal nº 1.061, de 31 de março de 2020;
- XXXIV – Matozinhos, nos termos do Decreto Municipal nº 3.345, de 17 de abril de 2020;
- XXXV – Monte Azul, nos termos do Decreto Municipal nº 31, de 22 de abril de 2020;
- XXXVI – Montes Claros, nos termos do Decreto Municipal nº 4.016, de 1º de abril de 2020;
- XXXVII – Morro da Garça, nos termos do Decreto Municipal nº 3.351, de 16 de abril de 2020;
- XXXVIII – Nanuque, nos termos do Decreto Municipal nº 31, de 15 de abril de 2020;
- XXXIX – Nazareno, nos termos do Decreto Municipal nº 2.975, de 7 de abril de 2020;
- XL – Nova Serrana, nos termos do Decreto Municipal nº 34, de 8 de abril de 2020;
- XLI – Novo Cruzeiro, nos termos do Decreto Municipal nº 46, de 16 de abril de 2020;

- XLII – Pedro Leopoldo, nos termos do Decreto Municipal nº 1.984, de 7 de abril de 2020;
- XLIII – Pirapetinga, nos termos do Decreto Municipal nº 39, de 30 de março de 2020;
- XLIV – Porto Firme, nos termos do Decreto Municipal nº 42, de 1º de abril de 2020;
- XLV – Ribeirão das Neves, nos termos do Decreto Municipal nº 31, de 31 de março de 2020;
- XLVI – Santa Luzia, nos termos do Decreto Municipal nº 3.553, de 7 de abril de 2020;
- XLVII – Santana do Paraíso, nos termos do Decreto Municipal nº 918, de 6 de abril de 2020;
- XLVIII – Santos Dumont, nos termos do Decreto Municipal nº 3.322, de 13 de abril de 2020;
- XLIX – São Francisco, nos termos do Decreto Municipal nº 13, de 21 de abril de 2020;
- L – São Gotardo, nos termos do Decreto Municipal nº 86, de 14 de abril de 2020;
- LI – São João del-Rei, nos termos do Decreto Municipal nº 8.645, de 22 de abril de 2020;
- LII – São José da Lapa, nos termos do Decreto Municipal nº 1.818, de 8 de abril de 2020;
- LIII – São Sebastião do Paraíso, nos termos do Decreto Municipal nº 5.566, de 20 de março de 2020;
- LIV – Serra do Salitre, nos termos do Decreto Municipal nº 28, de 7 de abril de 2020;
- LV – Teófilo Otoni, nos termos do Decreto Municipal nº 8.030, de 25 de março de 2020;
- LVI – Viçosa, nos termos do Decreto Municipal nº 5.458, de 20 de abril de 2020.

Parágrafo único – O reconhecimento previsto no caput poderá ser prorrogado pela Assembleia Legislativa enquanto durarem os efeitos da pandemia de Covid-19 no município.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 28 de abril de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 92/2020**

Reconhece o estado de calamidade pública nos municípios que menciona em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica reconhecido, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública nos seguintes municípios, em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus, pelo prazo de cento e vinte dias contados da data da entrada em vigor, em cada município, do estado de calamidade pública, nos termos do respectivo decreto municipal:

- I – Abaeté, nos termos do Decreto Municipal nº 65, de 7 de abril 2020;
- II – Alfenas, nos termos do Decreto Municipal nº 2.537, de 30 de março de 2020;
- III – Almenara, nos termos do Decreto Municipal nº 231, de 7 de abril de 2020;
- IV – Araguari, nos termos do Decreto Municipal nº 62, de 16 de abril de 2020;
- V – Arcos, nos termos do Decreto Municipal nº 5.552, de 30 de março de 2020;
- VI – Belo Horizonte, nos termos do Decreto Municipal nº 17.334, de 20 de abril de 2020;
- VII – Bicas, nos termos do Decreto Municipal nº 1.158, de 22 de abril de 2020;

- VIII – Bom Despacho, nos termos do Decreto Municipal nº 8.542, de 7 de abril de 2020;
- IX – Caeté, nos termos do Decreto Municipal nº 76, de 16 de abril de 2020;
- X – Cambuí, nos termos do Decreto Municipal nº 41, de 15 de abril de 2020;
- XI – Cambuquira, nos termos do Decreto Municipal nº 2.439, de 13 de abril de 2020;
- XII – Campo Belo, nos termos do Decreto Municipal nº 5.233, de 8 de abril de 2020;
- XIII – Campos Altos, nos termos do Decreto Municipal nº 532, de 3 de abril de 2020;
- XIV – Carmo da Cachoeira, nos termos do Decreto Municipal nº 8.431, de 3 de abril de 2020;
- XV – Centralina, nos termos do Decreto Municipal nº 17, de 14 de abril de 2020;
- XVI – Conceição das Alagoas, nos termos do Decreto Municipal nº 44, de 23 de abril de 2020;
- XVII – Coromandel, nos termos do Decreto Municipal nº 72, de 13 de abril de 2020;
- XVIII – Espinosa, nos termos do Decreto Municipal nº 65, de 13 de abril de 2020;
- XIX – Extrema, nos termos do Decreto Municipal nº 3.769, de 16 de abril de 2020;
- XX – Goianá, nos termos do Decreto Municipal nº 28, de 17 de março de 2020;
- XXI – Governador Valadares, nos termos do Decreto Municipal nº 11.140, de 16 de abril de 2020;
- XXII – Guaranésia, nos termos do Decreto Municipal nº 2.059, de 6 de abril de 2020;
- XXIII – Ibirité, nos termos do Decreto Municipal nº 6.410, de 16 de abril de 2020;
- XXIV – Itabira, nos termos do Decreto Municipal nº 3.226, de 7 de abril de 2020;
- XXV – Itaguara, nos termos do Decreto Municipal nº 1.632, de 1º de abril de 2020;
- XXVI – Itajubá, nos termos do Decreto Municipal nº 7.801, de 7 de abril de 2020;
- XXVII – Itanhandu, nos termos do Decreto Municipal nº 4.633, de 9 de abril de 2020;
- XXVIII – Itapeçerica, nos termos do Decreto Municipal nº 44, de 22 de abril de 2020;
- XXIX – Jaboticatubas, nos termos do Decreto Municipal nº 3.707, de 14 de abril de 2020;
- XXX – João Monlevade, nos termos do Decreto Municipal nº 39, de 8 de abril de 2020;
- XXXI – Lagoa Santa, nos termos do Decreto Municipal nº 3.985, de 27 de março de 2020;
- XXXII – Manhuaçu, nos termos do Decreto Municipal nº 379, de 28 de março de 2020, com as alterações promovidas pelo Decreto Municipal nº 383, de 8 de abril de 2020;
- XXXIII – Mário Campos, nos termos do Decreto Municipal nº 1.061, de 31 de março de 2020;
- XXXIV – Matozinhos, nos termos do Decreto Municipal nº 3.345, de 17 de abril de 2020;
- XXXV – Monte Azul, nos termos do Decreto Municipal nº 31, de 22 de abril de 2020;
- XXXVI – Montes Claros, nos termos do Decreto Municipal nº 4.016, de 1º de abril de 2020;
- XXXVII – Morro da Garça, nos termos do Decreto Municipal nº 3.351, de 16 de abril de 2020;
- XXXVIII – Nanuque, nos termos do Decreto Municipal nº 31, de 15 de abril de 2020;
- XXXIX – Nazareno, nos termos do Decreto Municipal nº 2.975, de 7 de abril de 2020;
- XL – Nova Serrana, nos termos do Decreto Municipal nº 34, de 8 de abril de 2020;
- XLI – Novo Cruzeiro, nos termos do Decreto Municipal nº 46, de 16 de abril de 2020;
- XLII – Pedro Leopoldo, nos termos do Decreto Municipal nº 1.984, de 7 de abril de 2020;

- XLIII – Pirapetinga, nos termos do Decreto Municipal nº 39, de 30 de março de 2020;
- XLIV – Porto Firme, nos termos do Decreto Municipal nº 42, de 1º de abril de 2020;
- XLV – Ribeirão das Neves, nos termos do Decreto Municipal nº 31, de 31 de março de 2020;
- XLVI – Santa Luzia, nos termos do Decreto Municipal nº 3.553, de 7 de abril de 2020;
- XLVII – Santana do Paraíso, nos termos do Decreto Municipal nº 918, de 6 de abril de 2020;
- XLVIII – Santos Dumont, nos termos do Decreto Municipal nº 3.322, de 13 de abril de 2020;
- XLIX – São Francisco, nos termos do Decreto Municipal nº 13, de 21 de abril de 2020;
- L – São Gotardo, nos termos do Decreto Municipal nº 86, de 14 de abril de 2020;
- LI – São João del-Rei, nos termos do Decreto Municipal nº 8.645, de 22 de abril de 2020;
- LII – São José da Lapa, nos termos do Decreto Municipal nº 1.818, de 8 de abril de 2020;
- LIII – São Sebastião do Paraíso, nos termos do Decreto Municipal nº 5.566, de 20 de março de 2020;
- LIV – Serra do Salitre, nos termos do Decreto Municipal nº 28, de 7 de abril de 2020;
- LV – Teófilo Otoni, nos termos do Decreto Municipal nº 8.030, de 25 de março de 2020;
- LVI – Viçosa, nos termos do Decreto Municipal nº 5.458, de 20 de abril de 2020.

Parágrafo único – O reconhecimento previsto no *caput* poderá ser prorrogado pela Assembleia Legislativa enquanto durarem os efeitos da pandemia de Covid-19 no município.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 28 de abril de 2020.

Mesa da Assembleia

– Publicado, vai o projeto ao Colégio de Líderes para análise de caráter de urgência, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

### DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, designo relator do Projeto de Resolução nº 92/2020 e dos Projetos de Lei nºs 4.244/2017, 1.054/2019 e 1.876/2020 o deputado Cássio Soares, nos termos do item 2.3 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

Palácio da Inconfidência, 28 de abril de 2020.

Agostinho Patrus, presidente.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/4/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Rejane de Freitas, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Tiago Lemes da Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais.

**TERMO DE CONTRATO Nº 84/2019**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Editora Revista dos Tribunais Ltda. Objeto: aquisição de assinatura da plataforma "Revista dos Tribunais Online", com direito a quatro senhas de acesso simultâneo. Vigência: 12 meses, de janeiro de 2020 a dezembro de 2020. Licitação: dispensada, com base no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 16/2020****Número no Siad: 9241311/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Casablanca Comunicação e Marketing Ltda. Objeto: prestação de serviços de publicidade. Objeto do aditamento: terceira prorrogação contratual com reajuste de preços. Vigência: 12 meses, de 21/6/2020 a 20/6/2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3.3.90 (10.1).

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 18/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A.. Objeto: serviço de acesso dedicado à internet. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, sem reajuste de preços. Vigência: 12 meses, de 2/6/2020 a 1º/6/2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239-0001 3.3.90(10.1).

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 20/2020****Número no Siad: 9223743-2/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MCI Tecnologia e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção predial e adaptação de instalações nas dependências da contratante. Objeto do aditamento: revisão de preços em razão do reajuste das passagens de ônibus coletivo urbano e da Convenção Coletiva do Trabalho 2019/2020 e reajuste de preços. Vigência: a partir da assinatura, com efeitos financeiros retroativos, de acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho 2019/2020 e com a resolução, expedida pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, de alteração das tarifas. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001-3.3.90 (10.1).

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 25/2020****Número no Siad: 9223930-1/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Claro S.A. Objeto: captação, instalação e distribuição de 300 pontos de sinais de TV, bem como empréstimo, em regime de comodato, de decodificadores digitais e controles remotos, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos. Objeto do aditamento: segunda prorrogação contratual, com reajuste de preços. Vigência: 12 meses contados a partir de 2/3/2020. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001-3.3.90 (10.1).

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 27/2020****Número no Siad: 9223846-1/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Talentos Cinevídeo Eireli. Objeto: prestação de serviços de operação de sistemas eletrônicos de áudio e vídeo para a Diretoria de Rádio e Televisão da contratante. Objeto do aditamento: redução a zero do percentual relativo à contribuição social de 10% sobre o saldo do FGTS, extinta pela Lei Federal nº

13.932, de 2019, e aplicação de reajuste da tarifa do transporte coletivo intermunicipal (vale-transporte), nos termos da cláusula 6.4 do contrato. Vigência: de 1º/1/2020 a 1º/6/2020. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001-3.3.90 (10.1).